



**UNIVERSIDADE DO MINDELO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AS REFORMAS DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO**

**Kleidy Sofia Pires Da Cruz**

**Mindelo, 2015**





**Departamento de Ciências Humanas, Sociais e Jurídicas Licenciatura  
em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Título Da Monografia:**

**As Reformas Do Parlamento Cabo-Verdiano**

**Autora: Kleidy Sofia Pires Da Cruz**

**Orientador: João Do Carmo Brito**

**Mindelo, 2015**

**Autor: Kleidy Sofia Pires Da Cruz**

**As Reformas do Parlamento Cabo-Verdiano**

**Declaração de Originalidade**

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

**O Candidato,**

Kleidy Sofia Pires Da Cruz

Mindelo, 21 de Setembro de 2015

"Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações internacionais".

## RESUMO

O presente trabalho de investigação científica consiste numa análise descritiva das Reformas do Parlamento Caboverdiano. A reforma parlamentar pode ser entendida como um processo dinâmico e contínuo de aperfeiçoamento e adequação do Parlamento ao contexto político. Isto é, o Parlamento deve se organizar de forma a dar resposta as exigências de vão surgindo na medida em que o contexto político vai se alterando. Este estudo aborda a reforma ocorrida em 1993, a de 2005 e a que se iniciou em 2011. A pesquisa incide mais na terceira fase, cujo objectivo principal é a qualificação da democracia e melhoria da sua percepção pela sociedade, onde se aborda os desafios marcantes dessa mesma reforma. Para abordar este tema os objectivos passam essencialmente pela análise das três fases de reforma parlamentar, por uma compreensão do funcionamento da Assembleia Nacional como forma de inteirar sobre o assunto e as principais características do Parlamento Cabo-verdianos, compreender os desafios políticos que são necessários travar para que a reforma se suceda da melhor forma possível e também nesse contexto de reforma analisar e avaliar o cumprimento das funções parlamentares por ser um ponto fulcral na medida em que permite saber de que forma a Assembleia Nacional tem desempenhado as suas funções.

A metodologia utilizada para o alcance dos objectivos baseia-se na recolha de informações já existentes tais como documentos e livros que abordam assuntos inerentes ao tema. Tendo em conta que as informações sobre a reforma em curso são disponibilizadas pela comissão de reforma parlamentar também mostrou-se necessário a realização de uma pequena entrevista ao presidente dessa mesma comissão e actual defensor e estudioso da reforma parlamentar. A hipótese formulada “O Parlamento Caboverdiano responde as expectativas do seu Povo” está relacionada com a dinâmica da sociedade, em que os cidadãos esperam respostas rápidas e inovadoras do Parlamento uma vez que este é o intermediário entre o poder político e o povo. É neste sentido que se reivindica uma nova adaptação do Parlamento á realidade da democracia cabo-verdiana que se apresenta como uma democracia jovem.

**Palavras-chaves:** Reforma Parlamentar, Contexto Político, Qualificação da Democracia, Sociedade

## **ABSTRACT**

This scientific research work is a descriptive analysis of the Cape Verdean Parliament reforms. Parliamentary reform can be understood as a dynamic and continuous process of improvement and adaptation of Parliament to the political context. That is, the parliament should be organized in order to meet the requirements arise to the extent that the political context will be changing. This study aboard the reform occurred among 1993 and 2005 and which began in 2011. This research focuses more in the third stage which is the one that is ongoing since 2011, whose main objective is the qualification of democracy and improving their perception the society in which we aboard the outstanding challenges of that reform. To address this issue the goals are essentially the analysis of the three phases of parliamentary reform, for an understanding of the operation of the National Assembly as a way to learn about it and the main features of Cape Verdean parliament, understand the political challenges that are needed to catch to that the reform is to succeed as well as possible and also that reform context to analyze and evaluate the performance of parliamentary duties for being a focal point in that it let you know how the National Assembly has performed its functions.

The methodology used to achieve the objectives is based on the collection of existing information such as documents and books that address issues inherent in the subject. Allowing for the information about the ongoing reform are made available by the parliamentary reform commission it was also necessary to conduct a short interview to the chairman of that committee and current advocate and scholar of parliamentary reform. The hypothesis formulated "The Cape Verdean Parliament is fulfilling his duty to the civil society" is related to the dynamics of society, where citizens expect quick and innovative answers of parliament since is the intermediary between political power and the people. This is why it is claimed a new adaptation of parliament to reality of the Cape Verdean democracy that presents itself as a young democracy.

**Keywords:** Parliamentary Reform, Political Context, Qualification of Democracy, Society

*A todos os que me apoiaram nessa caminhada. Muito obrigada*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter guiado todos meus passos até aqui.

À toda a minha família pelo apoio, principalmente ao meu pai por todos os esforços feitos no sentido de me proporcionar esta realização.

Ao meu orientador João do Carmo Brito por todas os ensinamentos e pela paciência.

Agradeço de modo especial a minha colega Ailine Pires pela ajuda e amizade.

Expresso o meu total agradecimento ao Dr. Lívio Lopes pela sua colaboração.

Obrigada a todos aqueles que me incentivaram na realização deste trabalho.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ART. – Artigo

ANCV - Assembleia Nacional de Cabo Verde

ANP - Assembleia Nacional Popular

CRCV - Constituição da Republica de Cabo Verde

LOPE - Lei sobre a Organização Política do Estado

MPD - Movimento para a Democracia

NEPAD - New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários

RAN - Regimento da Assembleia Nacional

RTC - Radio e Televisão Cabo-verdiana

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrática

# ÍNDICE

RESUMO .....	V
ABSTRACT .....	VI
AGRADECIMENTO .....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS .....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
METODOLOGIA .....	4
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO.....	6
1.1 - O Carácter Unicameral, Plural, Autónomo, Colegial, e Permanente da Assembleia Nacional .....	6
1.2 - Organização da Assembleia Nacional.....	9
CAPÍTULO II – ANÁLISE DAS TRÊS FASES DA REFORMA PARLAMENTAR (1993, 2005, 2011) .....	15
2.1 - A Primeira Fase da Reforma (1993) .....	15
2.2 - A Segunda Fase da Reforma (2005) .....	17
2.3 - A Terceira Fase da Reforma (2011).....	21
CAPÍTULO III – O OBJECTIVO PRINCIPAL DA TERCEIRA FASE DA REFORMA: QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA E MELHORIA DA SUA PERCEPÇÃO PELA SOCIEDADE .....	25
3.1 - Conceito de Democracia .....	25
3.2 - A Evolução e Consolidação da Democracia em Cabo Verde .....	26
3.3 - A Qualificação da Democracia Cabo-verdiana e a sua Percepção Pela Sociedade. ....	28
CAPÍTULO IV- OS DESAFIOS POLÍTICOS DA TERCEIRA FASE DA REFORMA .....	33
4.1 - Reforço e Qualificação da Democracia .....	33
4.2 - Reforma do Sistema de Comunicação e Informação Parlamentar.....	35
4.3 - O Parlamento e a Comunicação Social.....	37
4.4 - Incremento da Produtividade e Qualidade Legislativa .....	38
4.5 - Reforço da Transparência Parlamentar .....	42
4.6 - Garantia do Primado da Ética e Decoro Parlamentar.....	44
4.7 - Aproximação do Parlamento ao Cidadão.....	46
4.8 - Desconcentração Parlamentar .....	48
CAPÍTULO V - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES PARLAMENTARES .....	50
5.1 - Função Electiva.....	50
5.2 - Função Legislativa.....	51
5.3 - Função de Fiscalização e Controlo .....	55
5.4 - Função Autorizante.....	56

5.6 - Função de Vinculação Internacional do Estado (Diplomacia Parlamentar) .....	59
CAPITULO VI - Análise da entrevista .....	61
CONCLUSÃO .....	71
RECOMENDAÇÕES .....	74
BIBLIOGRAFIA.....	75
ANEXO.....	77

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “As Reformas do Parlamento Cabo-verdiano”, e insere-se no âmbito do requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais ministrado na Universidade do Mindelo.

Cabo Verde tornou-se num Estado independente em 1975, após uma longa luta de libertação conduzido pelo PAIGC. Após a independência o regime instaurado no país assume-se com características autoritárias.

Depois de quinze anos de partido único, inicia-se nos anos noventa grandes mudanças políticas que marcaram o processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático.

Após a queda do famoso artigo 4º, que reconhecia o PAICV como a única força política dirigente, em 1990 deu-se a abertura política o que permitiu a institucionalização de uma democracia pluralista. Posteriormente a realização das primeiras eleições legislativas, em Fevereiro de 1991 surgiu a primeira Assembleia Nacional Popular.

As eleições para a Assembleia Nacional Popular constituíram um ponto alto do processo de transição política na medida em que durante os quinze anos de partido único a Assembleia funcionava conforme as normas do PAICV em que os deputados tinham que ser obrigatoriamente membros do partido e eram eleitos através de uma lista única.

O sistema político Caboverdiano foi sofrendo alterações desde esta altura, de uma forma gradual. Após a implementação de um novo sistema de Governo traduzida em eleições livres e directas foi criada em 1993 a primeira comissão de reforma parlamentar.

Actualmente, Cabo Verde é um estado de direito democrático constituído por uma Assembleia Parlamentar composta por representantes eleitos pelo povo. No entanto a Assembleia Parlamentar tem ficado muito a quem das expectativas dos cabo-verdianos e a sociedade civil tem reivindicado a necessidade de um Parlamento mais próximo em que o povo se sinta melhor representado.

Neste contexto uma nova reforma parlamentar seria a solução perfeita para dar resposta aos constrangimentos do Parlamento. É neste sentido que a presente investigação pretende mostrar em que medida as reformas em curso podem alterar o cenário actual.

A reforma do Parlamento Caboverdiano é um tema, que tem despertado o interesse da sociedade civil, e que tem sido muito debatido nos últimos tempos. Assim o presente trabalho procura facultar uma análise sumaria das reformas de 1993 e de 2005 e um aprofundamento da última fase da reforma que se iniciou em 2011. Tendo em conta que esteve em debate no Parlamento em Março de 2015, a proposta de alteração do Regimento da Assembleia Nacional e a criação do Estatuto dos Titulares de Cargos Político, este tema ganhou maior visibilidade. As sucessivas polemicas levantadas pela sociedade civil, bem como, a manifestação ocorrida no país contra o referido Estatuto, que acabou por não ser aprovado, devido ao veto do Presidente da Republica sobre a proposta de lei da aprovação do estatuto dos titulares de cargos políticos, colocou em causa toda a reforma preconizada e que teve anuência de todos os partidos políticos com assento parlamentar.

Neste sentido, este tema não deixa de ser pertinente.

### **Pergunta de partida:**

Qual a importância de uma reforma parlamentar.

Para a realização desse trabalho definiu-se os seguintes objectivos:

### **Objectivo geral**

Analisar as três fases da reforma do Parlamento Cabo-verdiano.

### **Objectivos específicos:**

- Compreender o funcionamento da Assembleia Nacional
- Analisar e avaliar as funções parlamentares
- Analisar os desafios políticos da terceira fase de reforma

### **Hipótese:**

O Parlamento Caboverdiano responde as expectativas do seu Povo.

### **Estrutura da monografia:**

Esta monografia encontra se dividida em seis capítulos.

No primeiro capítulo faz-se a caracterização do Parlamento Cabo-verdiano tendo em conta que é um Parlamento essencialmente unicameral, plural, Autónomo, colegial e permanente. Esta caracterização não deixa de ser pertinente na medida em que permite esclarecer esses conceitos e perceber a estruturação do Parlamento.

No segundo capítulo analisa-se as três fases da reforma parlamentar, isto é o processo evolutivo do Parlamento e mostra de que forma o funcionamento da Assembleia Nacional foi se aperfeiçoando.

No terceiro capítulo o propósito é apresentar o objectivo principal da terceira fase da reforma que consiste na qualificação da democracia e melhoria da sua percepção pela sociedade.

No quarto capítulo são apresentados os desafios da terceira fase de reforma. Esses desafios podem ser entendidos como a forma de se chegar aos objectivos traçados para essa fase da reforma.

No quinto capítulo procura-se analisar e avaliar o cumprimento das funções parlamentares pela Assembleia Nacional isto é se a Assembleia tem desempenhado da melhor forma possível o seu papel.

No sexto e último capítulo segue-se a análise da entrevista feita ao Presidente da Comissão da Reforma Parlamentar, Lívio Lopes, no intuito de reforçar a pesquisa através da recolha de dados mais recentes para compreender melhor as fases de reforma do Parlamento cabo-verdiano, principalmente a terceira fase que não foi concluída.

As limitações do estudo estão relacionadas com o facto de, em Cabo verde ser muito difícil a aquisição de bibliografias devido ao custo elevado de determinados livros, o que nos leva a fazer uso dos livros em bibliotecas sendo que este uso é condicionado devido a vários factores. Outra questão é a insuficiência de livros relacionados com o tema que esteve em análise visto que a reformas do Parlamento cabo-verdiano não é um assunto muito investigado e não existem muitas obras relacionadas com o tema. Por esta razão, nesta pesquisa o autor mais referenciado é Lívio Lopes, na medida em que ele desenvolveu um estudo e publicou um livro sobre as reformas do Parlamento Cabo-verdiano. Este autor é um estudioso dessa matéria e é membro da Comissão de Reforma Parlamentar.

## **METODOLOGIA**

Na fase metodológica o investigador escolhe os métodos que utilizará para obter as respostas às questões de investigação colocadas ou as hipóteses formuladas. O investigador escolhe a população e os instrumentos mais apropriados para efectuar a colheita dos dados. Assegura-se também de que os instrumentos são fiéis e válidos. Estas diversas decisões metodológicas são importantes para assegurar a fiabilidade e a qualidade dos resultados de investigação (Fortin,1999).

De todos os métodos de aquisição de conhecimentos, a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável, uma vez que assenta num processo racional. Um aspecto importante que o distingue de outros métodos, é que ele pode ser corrigido conforme a sua progressão e recolocar em questão tudo o que ele propõe. Este método de aquisição de conhecimento é dotado de um poder descritivo e explicativo dos factos, acontecimentos e dos fenómenos (Fortin,1999).

Assim sendo a metodologia seguida neste trabalho baseia essencialmente nos métodos básicos de elaboração de um trabalho científico. Para dar início ao trabalho foi necessário fazer o levantamento da bibliografia específica como forma de reunir os conceitos iniciais sobre o tema.

Feita a pesquisa bibliográfica seguiu-se com a preparação da revisão bibliográfica, que foi desenvolvida através de livros, documentos, artigos, bem como estudos e trabalhos já publicados, com o objectivo principal de aprofundar o conhecimento sobre o tema. Foram consultados alguns documentos oficiais como a Constituição da Republica de Cabo Verde, o Regimento da Assembleia Nacional, a Lei orgânica e o Estatuto dos Deputados.

Segundo Fortin et al. (2006), a entrevista é o principal método de colheita dos dados nas investigações qualitativas, e é sobretudo utilizada nos estudos exploratórios. Então como forma de reforçar o trabalho recorreu-se a uma entrevista aplicada ao Presidente da Comissão da reforma parlamentar, então deputado da nação e deputado do Parlamento Pan-africano, Lívio Lopes.

Porem convém esclarecer que o facto de a entrevista ter sido feita a um único deputado, justifica-se por ser o único com trabalhos científicos nesta área. E para um trabalho de

fim de curso, entendeu-se que esta via daria maior credibilidade ao mesmo, não tendo, portanto, nada a ver com este ou aquele partido.

A entrevista preenche geralmente três funções:1) examinar conceitos e compreender o sentido de um fenómeno tal como é percebido pelos participantes;2) servir como principal instrumento de medida;3) servir de complemento aos métodos de colheita de dados (Fortin et al., 2006).



## **CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO**

### **1.1 - O Carácter Unicameral, Plural, Autónomo, Colegial, e Permanente da Assembleia Nacional**

A Assembleia Nacional é a assembleia que representa todos os cidadãos cabo-verdianos e a sua composição está fixada na constituição e demais leis aplicáveis (art.16º do RAN -Regimento da Assembleia Nacional).

A ideia de que a Assembleia não representa apenas os cidadãos que votaram e participaram nas eleições mas também os que não votaram ou os que não puderam votar por incapacidade, impossibilidade, ou por opção expressa de abstenção. O facto desse órgão parlamentar representar todos os cidadãos explica de algum modo o facto de os deputados continuarem a ser considerados como os representantes do povo e não apenas dos partidos políticos ou dos círculos eleitorais que os elegeram (Canotilho, 1993).

Em cabo verde, a função de representação parlamentar expressa-se constitucionalmente nos termos preceituados no art.163º da CRCV (Constituição da Republica de Cabo Verde) que, referindo-se à natureza e âmbito do mandato, estabelece que “os Deputados são representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitorais para que foram eleitos”. Esta injunção constitucional encontra respaldo no art.1º do Estatuto dos Deputados e no elenco de poderes atribuídos aos Deputados no art.4º do Regimento da Assembleia Nacional (Lopes, 2014).

O princípio segundo o qual os deputados exercem livremente o seu mandato, representando toda a nação cabo-verdiana e não apenas o círculo para que foram eleitos coloca cabo verde no grupo de países onde o mandato é de cariz representativo (Lopes, 2014).

A compreensão jurídico-constitucional da representação parlamentar não se reconduz ao modelo representativo liberal. A relação deputado - eleitores é hoje substituída por uma “referência triangular” onde converge relação entre os eleitores e os partidos e a relação entre os partidos e os deputados, além da referida relação eleitores-representantes (Canotilho, 1993, p.733).

Dai a afirmada prevalência do mandato do partido sobre o eleitorado (Duverger cit. in Canotilho 1993), e a consideração da dependência de deputados em relação ao partido como o “sucedâneo funcional do mandato imperativo<sup>1</sup>” (Bobbio cit. in Canotilho 1993).

O Parlamento é o órgão legislativo por excelência, a base para a constituição do executivo que perante ele é responsável e é o principal fórum de debate político e de fiscalização da actividade governamental (Lopes, 2014).

Segundo Fernandes (2008) os Parlamentos podem ser monocameral (unicameral) ou bicameral. Um Parlamento é monocameral quando a representação política está confiada a uma única assembleia legislativa. E um Parlamento é considerado bicameral quando a representação política está confiada a duas assembleias que participam na elaboração das leis.

De acordo com Lopes (2014), é importante a análise de três elementos, o carácter autónomo, colegial e permanente da Assembleia Nacional.

O princípio da autonomia do Parlamento está relacionado com o poder de auto-regulação, isto é, do facto da Assembleia Nacional possuir um regimento próprio, de poder eleger o seu Presidente, os membros da mesa e as comissões especializadas, assim como na fixação da sua própria agenda de trabalho (Lopes, 2014).

Segundo Canotilho a assembleia é um órgão de soberania autónomo porque baseia-se no princípio da autonomia do Parlamento. E este princípio da autonomia da assembleia revela-se por exemplo na competência regimental, na eleição do seu Presidente e dos membros da Mesa, na fixação da ordem do dia pelo Presidente da Assembleia, nos poderes administrativos e policiais e na sua autonomia administrativa e financeira. A autonomia representa que a Assembleia não está subordinada a ordens ou instruções de outros órgãos (Canotilho, 1993).

O carácter permanente da Assembleia Nacional está claramente definida na constituição da república e no regimento da mesma. A Constituição da República de Cabo Verde nos artigos 146º e 148º indica que em caso de dissolução há subsistência da Mesa bem como da comissão permanente (Lopes, 2014).

---

<sup>1</sup> Mandato imperativo era regra geral entre os países socialistas e constituía dever do deputado relatar ao seu eleitorado as suas acções individuais e do Parlamento. Caso as suas acções individuais não fossem consideradas dignas de confiança dos eleitores, o mandato podia ser retirado a qualquer momento.

Segundo Canotilho o sistema de permanência não significa que os órgãos parlamentares reúnam permanentemente, mas sim que a Assembleia representativa pode reunir quando desejar e pelo tempo que quiser. O sistema das sessões caracteriza-se pelo facto de se fixar um período de tempo durante o qual eles estão habituados a reunir. E ainda acrescenta que “o princípio democrático exige que o órgão representativo seja um órgão permanente” (Canotilho, 1993).

A Assembleia é um órgão colegial, de tipo parlamentar sendo que faz parte da sua estrutura um limite mínimo e um limite máximo de deputados definidos conforme a lei eleitoral (Gouveia, 2007,p.1162).

Segundo o artigo 141º da Constituição da Republica de Cabo Verde a Assembleia Nacional tem num mínimo sessenta e seis e num máximo de setenta e dois Deputados eleitos nos termos da Constituição e da Lei, e ao conjunto dos círculos eleitorais fora do território nacional corresponderão seis Deputados distribuídos entre eles, nos termos da Lei.

A Assembleia é um órgão colegial e o seu principal órgão é o plenário que é composto por deputados directamente eleitos. A Assembleia para a sua organização e funcionamento precisa de órgãos auxiliares que disponham de alguma autonomia e direitos específicos de uma forma global dentro do Parlamento. (Canotilho, 1993)

Canotilho indica como os mais importantes órgãos auxiliares o Presidente da Assembleia, a Mesa, as Comissões, e os grupos parlamentares em alguns termos. Para o autor as comissões desempenham as tarefas de preparação, classificação e aprofundamento dos trabalhos da casa parlamentar e ainda argumenta que os grupos parlamentares não constituem um órgão parlamentar por não serem expressões do parlamento mas sim dos partidos neles representados (Canotilho, 1993).

Se os grupos parlamentares são entidades distintas dos deputados, também não são simplesmente um “partido no parlamento” podendo até haver divergências entre os partidos e grupos na prática política quotidiana e, em menor medida, na definição programático-partidária. Além, disso a sua existência justifica-se não apenas por interesse dos partidos políticos, mas também no interesse da operatividade e capacidade funcional do Parlamento (Canotilho, 1993,p.739).

## **1.2 - Organização da Assembleia Nacional**

### **1.2.1 - Organização política e regimental da Assembleia Nacional**

De acordo com o regimento, a Assembleia Nacional encontra-se estruturada da seguinte forma:

- O Presidente da Assembleia Nacional
- A Mesa
- As Comissões Parlamentares
- Grupos Parlamentares (em certos termos)

#### **O Presidente da Assembleia Nacional**

O Presidente representa a Assembleia Nacional pela salvaguarda da sua dignidade e direitos, dirige e coordena os seus trabalhos e exerce autoridade sobre todos os funcionários e forças de segurança postos ao serviço da Assembleia Nacional (nº1 do art.18º do RAN)

O Presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos deputados (nº3 do art.19º do RAN) e é eleito por toda a Legislatura (nº1 do art.20º do RAN)

#### **A Mesa**

A Mesa da Assembleia Nacional é composta pelo Presidente, dois Vice-Presidentes, e dois a quatro Secretários. Nas reuniões plenárias a Mesa é constituída pelo Presidente e por dois Secretários. (nº1 e 2 do art.27º do RAN)

A Mesa reúne-se semanalmente num dia previamente estabelecido e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente (art.33º do RAN).

No termo da Legislatura ou em caso de dissolução da Assembleia Nacional, a Mesa mantém-se em funções até a abertura da Sessão Constitutiva da nova Assembleia eleita (art.34º do RAN).

#### **As Comissões Parlamentares**

A Assembleia Nacional tem uma Comissão Permanente e Comissões Especializadas, podendo ainda constituir Comissões Eventuais e Comissões de Inquéritos aos actos do

Governo ou da Administração Pública e para outros fins especificamente determinados (art.35º do RAN).

A composição das comissões, com excepção da Comissão Permanente, deve corresponder à representação de cada partido na Assembleia Nacional (nº1 do art.36º do RAN).

### **Grupos Parlamentares**

Os Deputados eleitos por cada partido ou coligação podem constituir-se em Grupo Parlamentar, se forem em número não inferior a cinco (nº1 do art.6º do RAN).

A Assembleia Nacional de Cabo Verde é constituída actualmente por dois Grupos Parlamentares, o MPD (Movimento para a Democracia) e o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) cujos poderes estão estabelecidos no art.11º da RAN: indicar os seus representantes nas comissões, apresentar projectos de lei, serem ouvidos sobre a fixação da ordem do dia, apresentar moções, suscitar debates e interpelar o Governo, de entre outros (Lopes, 2014).

Ao Deputado ou Deputados que sejam representantes de um partido com assento no Parlamento mas que não constituam, por força da lei, Grupos Parlamentares é atribuído o direito de intervenção como tal, a efectivar nos termos do regimento (art.13º do RAN).

Que é o caso da UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática), com dois Deputados, cujas condições de exercício constam da Lei Orgânica (art.68º), superando as limitações do art.12º do regimento (Lopes, 2014)

#### **1.2.2 - A organização administrativa e orgânica da Assembleia Nacional**

A nível orgânico e administrativo, a Lei Orgânica nº83/VII/2011, de 10 de Janeiro, estrutura o Parlamento em vários órgãos e serviços hierarquizados, definindo e regularizando os instrumentos de gestão administrativa, financeira e patrimonial e nomeadamente, de apoio técnico aos sujeitos parlamentares (Lopes, 2014).

Segundo o mesmo autor nesta perspectiva aparecem como órgãos da Administração da Assembleia Nacional:

- O Plenário, como órgão supremo, com competências administrativas;

- O Presidente da Assembleia;
- O Conselho da Administração, presidido pelo 1º Vice-Presidente da Assembleia;

A Secretaria- Geral da Assembleia Nacional faz parte deste elenco geral como estrutura de supervisão de todos os serviços técnicos e administrativos da Assembleia (Lopes, 2014).

Segundo Lopes, desta Secretária-geral depende administrativamente um conjunto de serviços que por sua vez encontram-se integrados por várias direcções:

- Da Secretária-Geral depende a Direcção dos Serviços Parlamentares, que por sua vez encontra-se integrado pela divisão de apoio ao Plenário, pela divisão de estudos de impacto legislativo de apoio técnico às comissões e ainda pela divisão de redacção e audiovisual.
- Da Secretária-Geral depende a Direcção dos Serviços de Documentação e de Informação Parlamentar, que por sua vez encontra-se integrado pela divisão de documentação e informação parlamentar, pela divisão da biblioteca, e pela divisão do arquivo parlamentar.
- Da Secretária-Geral depende a Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros e sob esta Direcção estão a divisão da administração e recursos humanos, a divisão da gestão financeira, a divisão de aprovisionamento, e a divisão de património e manutenção.
- Da Secretária-Geral depende a Direcção das Relações Públicas e Internacionais, integrada pela divisão de relações públicas e internacionais e pela divisão do protocolo.
- Da Secretária-Geral depende a Direcção dos Serviços de Informática integrada pela divisão de comunicações e segurança e pela divisão de desenvolvimento e manutenção de equipamentos informáticos.

É importante conhecer a orgânica e os instrumentos de gestão da Assembleia Nacional tendo em conta que se pretende fazer uma reforma para atravessar toda a organização parlamentar tanto a nível político como administrativo, alterando assim as normas de funcionamento, os métodos de trabalho, as atitudes e os comportamentos, como forma de adquirir uma nova cultura organizacional e funcional (Lopes, 2014).

### **1.2.3 – A organização da actividade parlamentar**

A Assembleia Nacional funciona por legislaturas, com a duração de cinco anos e cinco sessões legislativas (art. 150 n.º1 da CRCV), sendo que cada sessão legislativa tem a duração de um ano (art.151 n.º 1 da CRCV).

O período normal de funcionamento da Assembleia Nacional decorre de 1 de Outubro a 31 de Julho seguinte, sem prejuízo das suspensões que o plenário delibere por maioria de dois terços dos deputados presentes (art.151º n.º2 da CRCV).

No 20º dia subsequente à publicação dos resultados eleitorais no Boletim Oficial, a Assembleia Nacional reúne-se, por direito próprio, para a abertura da legislatura (art.68º do RAN). Devendo-se na reunião validar os mandatos dos deputados eleitos e empossá-los, substituir, apos empossamento, os deputados nomeados membros do Governo ou dotados de outras funções incompatíveis com o desempenho do mandato de deputado, eleger por maioria absoluta dos deputados em exercício de funções, o Presidente e os demais membros da Mesa e constituir a Comissão Permanente (Lopes, 2014).

Em relação as reuniões plenárias e conforme estipula o regimento no seu artigo 87º as reuniões têm lugar na última semana do mês. É o que Lopes designa de modelo mês parlamentar (Lopes, 2014).

Segundo o art. 86º do RAN, são considerados trabalhos parlamentares as reuniões do plenário; da comissão permanente; da conferência dos representantes dos grupos parlamentares; das comissões especializadas, eventuais ou de inquérito; das subcomissões; dos grupos de trabalho criados no âmbito das comissões; dos grupos parlamentares;

É ainda considerado trabalho parlamentar, a participação de deputados em delegações, reuniões de organizações internacionais, elaboração de relatórios, estudos e trabalhos promovidos pelos grupos parlamentares e as visitas aos círculos eleitorais. Deve-se aqui realçar o papel dos grupos de amizade e redes parlamentares que já estão em funcionamento no parlamento Cabo-verdiano, mas sem nenhuma integração regimental mas cujas actividades devem ser inteiradas nos trabalhos parlamentares (Lopes, 2014).

Para Lopes os constituintes mais importantes da actividade parlamentar são:

- a) Uma agenda legislativa centrada no cumprimento do programa do Governo;

- b) O acatamento regular das obrigações internacionais, traduzido na aprovação de tratados ou na chamada diplomacia parlamentar;
- c) Na execução periódica de debates sobre a política geral e sectorial;
- d) A criação de comissões parlamentares de inquérito;
- e) A realização regular de interpelações e perguntas ao governo;
- f) O desempenho da função electiva;

Para o íntegro funcionamento dos trabalhos parlamentares são fixados regras sobre as reuniões plenárias e as reuniões das comissões, sendo que quanto as primeiras, há existência de dois períodos, “antes da ordem do dia” consagrada no artigo 94º do RAN e o período “ordem do dia” consagrado no artigo 98º do RAN (Lopes, 2014).

A ordem do dia das reuniões plenárias é fixada pelo Presidente da Assembleia Nacional após a audição, a título indicativo, da conferência dos representantes, cabendo recurso da sua decisão para o plenário (art. 88º do RAN).

A aprovação da ordem do dia por maioria dos deputados em efectividade de funções retrata o domínio maioritário sobre a agenda parlamentar, apesar disso há sempre a procura em adoptar modos consensuais para o efeito especialmente na conferência de representantes, é certo que os modos maioritários transpõem toda a vida parlamentar por exigência do regimento, que vai desde a composição dos órgãos e comissões às deliberações em comissões, aos debates e perguntas bem como na distribuição de direitos e responsabilidades (Lopes, 2014).

As visitas ao círculo eleitoral fazem parte das actividades parlamentares mais importantes. Constituem deveres dos deputados manter estreito contacto com os círculos por quem foram eleitos e com os eleitores e promover os assuntos relativos às suas necessidades e aspirações, bem como informar a Mesa da Assembleia Nacional sobre os contactos mantidos com os eleitores e outros sectores da nação cabo-verdiana (art. 5º do RAN alíneas f e g).

Nos termos da Resolução nº123/V/99, de 21 de Junho, é assegurada a cobertura financeira, para cada deputado, de um máximo de cinco visitas, mas que foi alterado para seis, por ano, ao círculo eleitoral, fora da localidade da sua residência sendo a duração global, por ano, de 35 dias, mas que foi alterado para 42 dias. E ainda se acrescenta um apoio para transporte no valor diário de 5.000\$00, e aos deputados da



emigração são garantidos quatro deslocações por ano, de dez dias cada, fazendo assim na totalidade quarenta dias de visita anual (Lopes, 2014).

Segundo os relatórios das visitas aos círculos eleitorais os deputados contactam as autoridades locais e os serviços desconcentrados dos vários sectores tais como a saúde, emprego e solidariedade, educação, cultura e desporto, agricultura e pescas, infra-estruturas, transporte e turismo. Igualmente escutam as preocupações e dificuldades das populações. Em alguns dos relatórios são formuladas recomendações (Custódio e Magalhães, 2005).

## **CAPÍTULO II – ANÁLISE DAS TRÊS FASES DA REFORMA PARLAMENTAR (1993, 2005, 2011)**

### **2.1 - A Primeira Fase da Reforma (1993)**

As primeiras grandes mudanças no Parlamento Cabo-verdiano surgiram após a institucionalização do pluralismo político, em que surgiram os grupos parlamentares e a materialização de incompatibilidades e impedimentos entre ser membro do Governo e Deputado ao mesmo tempo (Lopes, 2014).

Para as primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, o território foi dividido em 20 círculos eleitorais inclusive no estrangeiro, com 3 círculos eleitorais, África, América, Europa, e o resto do mundo, tudo isto devido ao grande número de emigrantes Cabo-verdianos nestes três continentes e a importância económica desses emigrantes para Cabo Verde. No total, para essas eleições existiam 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados para a Assembleia Nacional (Évora, 2004).

Na sequência desse sufrágio, passou a funcionar a primeira Assembleia Nacional plural, com alternância do poder político para o MPD, sendo que foi composto por deputados cujas candidaturas foram propostas pelo MPD. Nestas eleições o MPD conseguiu 56 dos 79 acentos na Assembleia Nacional e o PAICV apenas 23 (Lopes, 2014).

Para Lopes o Parlamento conheceu a sua primeira fase de reforma a partir de 1993, com o objectivo de criar condições para uma actividade mais regular, com deputados profissionalizados e a tempo inteiro, com uma orgânica própria e um centro de documentação e informação parlamentar para um melhor acesso às fontes de pesquisa documental, assim como uma maior aproximação do Parlamento ao cidadão.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde era um Parlamento que enfrentava diversos constrangimentos. A maioria dos deputados não exercia o mandato a tempo inteiro, acumulava funções na administração pública ou no sector privado. As comissões que são consideradas a espinha dorsal do sistema tinham dificuldades em funcionar o que resultava numa insuficiência de intensidade no trabalho e dificuldades de programação da actividade parlamentar (Lima, 2004).

Esta primeira fase de reforma do sistema político não só foi promovida pela Assembleia Nacional como permitiu que o Parlamento se estruturasse internamente para acompanhar esse processo. Em 1991 foi criada a primeira Comissão de reforma

Parlamentar<sup>2</sup>. Seguiram-se prorrogações do mandato da comissão e, a 2 de Julho de 1996, a criação de uma nova Comissão Eventual, que, em estreita ligação com a Mesa, devia prosseguir o processo de reforma na nova legislatura, entretanto iniciada (Lopes, 2014).

Os objectivos dessa Comissão: a criação de condições para que os Deputados trabalhassem a tempo inteiro, o estabelecimento de um novo sistema orgânico da Assembleia Nacional, a criação do Centro de Documentação e Informação Parlamentar. Nesta sequência, em 1997 foi aprovado o regimento da Assembleia Nacional, o Estatuto do Deputado e a Lei Orgânica da Assembleia Nacional. E ainda fazia parte deste pacote o Plano de Cargos Carreiras e Salários dos funcionários da Assembleia Nacional mas que só foi aprovado em Dezembro de 2001 (Lopes, 2014).

Durante quase toda a V Legislatura (1996-2001), o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o indispensável para garantir o funcionamento necessário das 4 principais Comissões Especializadas, então existentes. Ficou convencionado que, na legislatura seguinte, seriam criadas as condições para que todos os deputados (72) passassem a exercer o mandato em regime de tempo inteiro e foi o que aconteceu a partir de 2001 (Lopes, 2014).

Segundo Lima (2004) no âmbito da reforma do Parlamento deve-se mostrar o esforço feito no sentido de qualificar a representação, tendo em conta o conhecimento de assuntos e problemáticas de interesse nacional. Nesta conjuntura foram realizadas no âmbito do ciclo da debates e formação “Parlamento e Desenvolvimento” cinco acções de formação e debates sobre a regionalização, integração e cooperação em África, com especial destaque para a iniciativa da NEPAD (New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), economia social e desenvolvimento, valorização da língua cabo-verdiana e consolidação da democracia e sistema eleitoral.

No âmbito dessa primeira fase da reforma as relações públicas do Parlamento mereceram atenção, evidencia-se o projecto Parlamento/ Escolas que permite a realização do Parlamento Infantil; a melhoria da página do Parlamento na internet; a cedência das instalações da Assembleia Nacional para conferências e manifestações

---

<sup>2</sup> Resolução nº 55/IV/93, de 31 de Dezembro

culturais diversas, são outras actividades no âmbito das relações públicas do Parlamento (Lima, 2004).

Nesta primeira fase de reforma a administração parlamentar é reforçada por ser o suporte indispensável do trabalho parlamentar. Destaque-se a provação do plano de cargos, carreiras e salários o que veio facilitar as condições de recrutamento de quadros e funcionários do Parlamento e neste contexto iniciativas de formação dos trabalhadores, abertas a parceiros do Parlamento auxiliaram na melhoria da qualidade dos recursos humanos na área dos arquivos e na área do protocolo. E ainda, para qualificar a representação parlamentar é indispensável aperfeiçoar e alargar o trabalho das comissões (Lima, 2004).

Ainda, no âmbito dessa reforma, em 2002 foi constituída a rede de mulheres parlamentares, que surgiu como uma fórmula organizativa idónea para melhorar a democracia e o processo político em Cabo Verde. A rede de mulheres parlamentares tem como objectivo promover a justiça nas relações entre o Homem e Mulher, e em específico, promover os interesses das Deputadas, no campo de acção Parlamentar e de todas as estruturas políticas à que elas pertencem (Lima, 2004).

A primeira etapa da Reforma do Parlamento terminou, sem que fosse alcançado o compromisso de reforma do núcleo da Comunicação e informação Parlamentar, assim como o de Aproximação do Parlamento aos cidadãos (Lopes, 2014).

## **2.2 - A Segunda Fase da Reforma (2005)**

O Parlamento Cabo-verdiano inicia novas acções, em 2005 para dar início a segunda fase do processo de reforma, isto resultante de alguns sinais externos e a necessidade de modernização e uso de novas tecnologias. (Lopes, 2014)

Nestes termos, é solicitado ao deputado socialista português, Dr. José Magalhães<sup>3</sup>, um estudo designado *“Eficiência e transparência do Parlamento na Era Digital: Uma contribuição para uma Estratégia de Aproximação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os cidadãos”*. Pretendia-se *“obter um amplo conjunto de dados e elementos que contribuíram para a ponderação e adopção de medidas que facultam*

---

<sup>3</sup> José Magalhães é um político português, deputado socialista á Assembleia da Republica Portuguesa.

*uma maior aproximação e estreitamento das relações entre cidadãos, grupos de interesse e o Parlamento, bem como uma significativa melhoria de projecção externa da vida parlamentar”* (Lopes, 2014).

Segundo Lopes esse estudo deixou um conjunto de propostas para serem implementadas, com particular incidência nas novas tecnologias, num plano informático e na criação do Portal da Assembleia Nacional. E essas propostas mostraram como determinantes para esta segunda fase do processo reformista.

Entre essas propostas destaca-se:

**a) Medidas de reforma regimental, legal e factícia tendente a maior abertura e participação;**

A falta de informação ou o défice de informação sobre o Parlamento detectados no estudo não resultaram de lacunas normativas, mas isso não provou que medidas em termos regimental e legal para garantir a aproximação entre eleitos e eleitores não eram necessárias (Custódio et Magalhães, 2005).

Entre essas medidas destaca-se a consagração regimental da realização periódica de debates sobre questões importantes e de interesse nacional, mas que antes tinham que ser estudadas em comissão com audição dos cidadãos e de organizações sociais; debates sobre questões sectoriais e locais antecédidos do contacto directo entre os deputados, as populações e as entidades afectadas pelo problema; reuniões de comissão realizadas fora da sede da Assembleia Nacional; e ainda a organização do mês parlamentar, incluindo assim de forma vinculativa a semana de contactos directos com a população, a ser gerida pelos deputados e pelos grupos parlamentares de acordo com os seus objectivos próprios (Custódio et Magalhães, 2005).

**b) Medidas com vista a melhorar a transparência legislativa e a qualidade da legislação.**

A Assembleia Nacional para além de produzir leis tem que se certificar se a legislação em vigor é clara e compreensível para os cidadãos além de que deve ser acessível e tem que estar devidamente compilada. Para que isto aconteça o processo de elaboração de leis deve facultar o máximo de conhecimento possível das iniciativas em debate, livre acesso aos debates em comissão e no Plenário (Custódio et Magalhães, 2005).

A qualidade da legislação é atingida através de mecanismos que permitem que a sociedade seja escutada antes do processo de preparação das iniciativas legislativas; que as normas redigidas sejam claras e de fácil compreensão para os cidadãos evitando assim dificuldades de interpretação; as leis devem ser divulgadas de forma gratuita; reeditar os diplomas na íntegra quando sofrerem alterações significativas, reunindo num só texto as matérias que regulam uma determinada área; devia se proceder a apreciação do impacto das leis aprovadas, como forma de conferir o grau de eficácia dos resultados e dar ao público conhecimento dessa apreciação (Custódio et Magalhães, 2005).

**c) Medidas de reorganização administrativa e de reforma de procedimento por forma a facilitar a circulação de informação e a transparência.**

Esta reorganização passou pela transição do papel para os suportes digitais, porque os documentos que davam expressão a vida parlamentar eram produzidos no computador mas circulavam no Parlamento em suporte de papel o que implicava alguns custos e vários constrangimentos. Como resolução foram definidas normas que obrigavam a circulação de determinados documentos apenas em electrónica, e que estabeleciam de forma clara o circuito que conduz à publicação de documentos que devem ser sujeitos à regras da transparência (Custódio et Magalhães, 2005).

Relativamente a problemas graves no que diziam respeito a transcrição dos actos parlamentares, das próprias actas das reuniões plenárias, mas também outros documentos pertencentes às demais áreas da actividade parlamentar. Essa situação impedia a difusão fácil e o conhecimento dos documentos mas acima de tudo dificultava o trabalho dos deputados (Custódio et Magalhães, 2005).

Neste contexto foi sugerido a criação de um sistema de arquivo integrado e moderno, nos termos já protocolados com a fundação Mário Soares,<sup>4</sup> que todos as lacunas detectadas fossem colmatadas determinando assim que um Boletim da Assembleia Nacional passasse a ser produzido e divulgado regularmente e gratuitamente no portal

---

<sup>4</sup> A Fundação Mário Soares foi constituída em 12 de Setembro de 1991 tem por fim realizar, promover e patrocinar acções de carácter cultural, científico e educativo nos domínios dos direitos humanos, da ciência política e das relações internacionais. A Fundação Mário Soares organizou e montou uma biblioteca e um centro de documentação, que tem por base o arquivo pessoal de Mário Soares, antigo Presidente da República e primeiro-ministro português

da ANCV o que implicaria um formato exclusivamente electrónico (Custódio et Magalhães, 2005).

Uma das prioridades era a transparência como mola impulsadora da reorganização dos instrumentos e procedimentos da Assembleia Nacional impulsionando assim de forma definitiva a transição da era do papel para a era electrónica. De acordo com as novas regras introduzidas, as iniciativas bem como os demais documentos passaram a ser entregues em suporte informático o que permitiu eliminar o intervalo de tempo entre a entrega dos documentos e a sua disponibilização em texto integral (Custódio et Magalhães, 2005).

A consumação do choque tecnológico passou pela divulgação de informações tanto no interior como no exterior da Assembleia Nacional, através da actualização da forma de uso das novas tecnologias, como forma de banalizar a digitação de documentos, criar agendas electrónicas para organizar o funcionamento das comissões e generalizar a coordenação electrónica da actividade dos serviços parlamentares. Este choque tecnológico passou pela sofisticação de métodos já utilizados mas também de um certo grau de inovação que faltava a Assembleia Nacional (Custódio et Magalhães, 2005).

O processo de inovação foi um desafio sério para os serviços, mas também facilitou a introdução de melhorias significativas no seu funcionamento, possibilitando o melhor desempenho e maior eficácia dos procedimentos através do uso sistemático de novas tecnologias, drástica simplificação de processos de trabalhos e reforço das competências dos recursos humanos (Custódio et Magalhães, 2005).

#### **d) Reformar o Sistema de relacionamento com a Comunicação Social**

Esta reforma do sistema passou pela criação de condições de trabalho da comunicação social, mas isso passa necessariamente por outras medidas tais como: reservar uma sala para conferências de imprensa, com condições para transmissão da Rádio e Televisão em directo; criar aos jornalistas condições de mobilidade no interior do edifício da Assembleia Nacional, mediante credenciação; melhorar as relações com as estações públicas e tentar estabelecer novas cooperações com estações privadas, como forma de atingir outros segmentos de público como os jovens e outros tipos de ouvintes dessas emissoras, facilitar o trabalho da RTC reservando um espaço onde possam ser recebidos, armazenados e tratados sinais captados no interior do Plenário, através de

camaras colocadas em pontos adequados da sala e movimentadas a distância e não através de operadores colocados junto dos deputados, e ainda criar um centro de Imprensa Virtual (Custódio et Magalhães, 2005)

#### **e) Preparar as condições para a futura criação de um Canal Parlamento**

Não estavam reunidas as condições para criação de um Canal Parlamento porque é necessário todo um processo gradual de preparação para essa inovação (Custódio et Magalhães, 2005).

### **2.3 - A Terceira Fase da Reforma (2011)**

Depois da reforma em 2005 ficou visível que os próximos passos deveriam ser no sentido de melhorar a qualidade da democracia, da eficiência parlamentar e da percepção da sociedade perante o Parlamento. Portanto, o lema dessa terceira fase do processo reformista é um Parlamento de funcionamento mais permanente que contribua para qualificar a democracia e melhorar a interactividade entre a sociedade civil e o Parlamento (Lopes, 2014).

Nessa terceira fase da reforma parlamentar, vai se perspectivar um salto qualitativo em relação às fases anteriores de 1993 e 2005, de objectivos mais moderados e circunscritos a um funcionamento mais regular e permanente da Casa Parlamentar, à profissionalização dos deputados e uma aposta na institucionalização de um sistema mais moderno de comunicação e informação parlamentar (Basílio Mosso Ramos, in fórum parlamentar, 2014<sup>5</sup>).

Depois do seu início, em Julho de 2011, após a Resolução n.º 19/VIII/2011 de 25 de Julho, que formaliza o início desta Terceira Fase do Processo de Reforma do Parlamento, os objectivos da presente fase reformista, consolidaram-se no sentido da “melhoria da qualidade da democracia, da eficiência parlamentar e da percepção da sociedade perante o Parlamento”, no quadro de um Parlamento Digital, promotor da cidadania e centro por excelência do poder político cabo-verdiano. Eis, pois, o lema que orienta hoje este processo reformista em curso: um Parlamento de funcionamento mais efectivo e contínuo, que contribua para qualificar a democracia e reforce a

---

<sup>5</sup> Fórum Parlamentar "A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia", Assembleia Nacional, 2014



interactividade e a percepção da sociedade perante o mesmo (Basílio Mosso Ramos, in fórum parlamentar, 2014).

Segundo Lopes, o principal objectivo dessa terceira fase da reforma do Parlamento se assenta na melhoria da qualificação da democracia e da percepção pela sociedade, e os princípios para guiar a Assembleia Nacional nesse processo reformistas são os que se seguem:

- Maior produtividade, mais efectividade e qualidade legislativa;
- Melhor regularidade no acompanhamento da realidade política;
- Melhor comunicação interna e para a sociedade;
- Maior transparência, abertura à sociedade e à participação dos cidadãos;
- Maior responsabilização e proximidade dos eleitos nacionais face aos cidadãos eleitores;

Esta reforma pode ser resumida num Parlamento moderno e digital que aposte na redução dos custos de funcionamento mas que melhore a eficiência e a eficácia da actividade parlamentar, fundamentada num sistema de comunicação e informação mais activa e melhor interactividade com o cidadão bem como instrumentos de maior transparência, ética e decoro parlamentar (Lopes, 2014).

“A sociedade civil cabo-verdiana almeja introduzir uma reforma no sistema político cabo-verdiano, com implicações estruturantes na reforma do próprio Estado” (Lopes, 2014, p.21).

Apresentam-se, neste momento, à Comissão Eventual da Reforma, como desafios a vencer: o Reforço e a Qualificação do Sistema Democrático; a melhoria da Comunicação e Informação Parlamentar; o esforço no sentido de uma melhor Produtividade e a Qualidade Legislativa; a Transparência e a Ética e o Decoro Parlamentar; reforço de garantias dos direitos de Oposição, com particular incidência nos direitos potestativos; assim como assegurar um Sistema Transitório da Reforma, sem sobressaltos. Implicando alterações legais em cerca de 15 diplomas parlamentares e afins, nenhum destes desafios se apresentam como insuperáveis desde que haja engajamento e vontade política para o efeito, demonstrada já em alguns momentos de consensualização de posições (Basílio Mosso Ramos, in fórum parlamentar, 2014).

Nesta terceira fase da Reforma o Parlamento Cabo-verdiano deve adoptar uma alteração do status quo actual e adoptar novos padrões, próprios de uma casa parlamentar moderna, efectiva, permanente e com deputados profissionalizados. Uma reforma dessa dimensão não pode ser feita, sem uma estrutura permanente de comando, bem como um plano estratégico orientador (Lopes, 2014).

Para Lopes (2014) os fundamentos desta terceira fase da reforma podem ser fundidas nas seguintes:

- Garantir a efectividade da actividade parlamentar, através do funcionamento semanal ou quinzenal do Parlamento, adaptando, os prazos parlamentares aos do Governo, da administração pública e dos parceiros do desenvolvimento;
- Gerar um Parlamento moderno e digital, de grande interactividade com a sociedade;
- Adequar a orgânica da Assembleia Nacional e os procedimentos legislativos a uma nova e ajustada estrutura de documentação, informática e comunicação, informação parlamentar e relações públicas e internacionais, o calcanhar de Aquiles de todas as reformas;
- Fortalecer e qualificar o sistema democrático, proporcionar a aproximação do Parlamento ao cidadão, assim como a garantia dos direitos da oposição democrática no quadro parlamentar;
- Introduzir melhorias na produtividade e qualidade legislativa;
- Garantir instrumentos de avaliação da transparência parlamentar;
- Reforçar os mecanismos que garantem a ética e decoro parlamentar;
- Garantir um processo de desconcentração parlamentar moderno, eficiente e adaptado à realidade insular de Cabo Verde;
- Adoptar procedimentos para o uso racional do tempo;
- Conceber e estabelecer um sistema de transição adequado e faseado, compatível com o rigor orçamental e financeiro necessário.

Esta terceira fase da reforma pode ser resumida na criação de condições normativas, institucionais e de logística, como forma de fortalecer a democracia cabo-verdiana e melhorar a relação entre o Parlamento e os cidadãos (Lopes, 2014).



## **CAPITULO III – O OBJECTIVO PRINCIPAL DA TERCEIRA FASE DA REFORMA: QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA E MELHORIA DA SUA PERCEPÇÃO PELA SOCIEDADE**

### **3.1 - Conceito de Democracia**

Por Democracia entende-se a forma política em que o poder é atribuído ao povo e em que é exercido de harmonia com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos (Miranda, 1996). Segundo Norberto Bobbio, por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para formação de decisões colectivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados (Bobbio, 2000)

As democracias representam organizações de poder público, em que os governados influenciam a actividade e o percurso dos governantes, sobre eles exercendo um efectivo controlo democrático. A própria palavra “democracia” na raiz da sua etimologia é bem ilustrada de seu significativo denotativo, pois que é originário do grego, “demos” que significa povo e “kratos” que designa poder público (Gouveia, 2007, p.853).

A realização da forma política democrática pode ser feito com apelo ao principio da soberania popular, na efectividade do povo e dela emanado o critério de escolha e de actividade do Estado-Poder. Deste modo, a democracia significa que o poder público pede uma relação de confiança com a comunidade política, em que o respectivo exercício se submete a diversos controlos, Jurídicos e Políticos (Gouveia, 2007).

A operacionalidade da democracia depende da regra da maioria, na decisão ajusta à vontade popular se determinada por um conjunto de cidadãos em número superior ao daqueles que têm uma opinião contrária, regra da maioria que se fundamenta precisamente na igualdade de intervenção de cada um desses cidadãos (Gouveia, 2007).

### **3.2 - A Evolução e Consolidação da Democracia em Cabo Verde**

Ao longo da história os cabo-verdianos estiveram sujeitos a instâncias superiores que impunham as regras de funcionamento da sociedade. No período escravocrata, nem sequer possuíam qualquer tipo de liberdade de acção; mais tarde com as alforrias continuaram a estar sob a dominação da potência colonizadora e, uma vez alcançada a independência o Estado, com o seu regime de partido único, assegurava e determinava a estrutura da sociedade e os seus mecanismos. Em qualquer dos casos, detecta-se uma postura de submissão perante os dominadores (Fernandes cit. in Ramos 2012).

De acordo com Fernandes (cit. in Ramos 2012) a administração colonial fez com que os Cabo-Verdianos mergulhassem numa certa ambiguidade quando optou por não lhes aplicar a Lei do Indigenato de 1928 através da qual as populações locais das colónias eram divididas entre “civilizados” e com direitos e “não civilizados” desprovidos de direitos. O Governo português considerava que a população das ilhas tinha assimilado a cultura lusa daí ser justificável o recurso à referida lei. Esta situação, em teoria, equiparava os cabo-verdianos aos portugueses, todavia não era o que se verificava na prática. De qualquer modo, as gentes das ilhas acabavam por não sentir tanta legitimidade para reivindicar uma autonomia face ao poder colonial sendo, para alguns, mais adequada a ideia de adjacência, sobretudo devido aos fracos recursos do arquipélago e à ideia de dificuldades de sobrevivência sem uma ajuda externa permanente.

A independência política, em 1975, e a abertura ao multipartidarismo, em 1990, não foram traçados a partir das massas, mas sim de uma pequena elite que se assumiu como líder desses dois processos, ou seja, foram desenvolvidos de cima para baixo. Tal como sucedia no período colonial, aqueles que se posicionavam de forma destacada pelos atributos que possuíam, definiram o futuro do país, sem um envolvimento directo do povo. Não obstante o facto de alguns cabo-verdianos terem estado na frente de combate, nas ilhas nunca houve qualquer guerra, sendo natural a tendência pacifista existente no arquipélago (Furtado cit. in Ramos 2012).

O Estado Cabo-verdiano que surge após a independência nasce com características autoritárias (Évora, 2004). A instituição do «Partido Único» fez a sua aparição em Cabo-verde como resposta imediata e inadiável aos problemas suscitados pela libertação do Marcelismo, regime opressivo e anacrónico que deu continuidade ao Estado

Salazarista. A sua missão primordial era a de montar um aparelho institucional que justificasse, no plano Internacional, a existência da República de Cabo Verde como país independente e soberano (Silveira, 2005)

A partir da LOPE (Lei sobre a Organização Política do Estado), publicada em Julho de 1975, o regime cabo-verdiano pode ser caracterizado por um regime monopartidário. A LOPE passou a ser uma espécie de constituição definindo os órgãos de poder do Estado e a orgânica jurídico-política para a governação e a administração do país até que fosse votada e promulgada, pela Assembleia Constituinte, a Constituição da República de Cabo Verde (Évora, 2004).

As características autoritárias adoptadas pelo PAIGC, a partir de 1975 ficam, institucionalizadas na primeira Constituição de Cabo Verde, aprovada em 5 de Setembro de 1980, que estabelece o monopartidarismo como regime político (Évora, 2004)

Com as bases de legitimação em falência acelerada, o «Partido Único» lança, a contracorrente da história, as sementes do pluralismo. Agindo desse modo, evitava o seu próprio naufrágio como organização, ao mesmo tempo que afastava o espectro de crises e convulsões com potencialidades para arrastar Cabo Verde para aventuras de consequências imprevisíveis (Silveira, 2005).

A abertura política foi formalmente institucionalizada em Setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), na convocação ordinária, removeu o artigo 4º que reconhecia o PAICV como única força política dirigente. Essa assembleia instituiu a lei do regime jurídico dos partidos, a lei eleitoral para a ANP e para o Presidente da República, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos políticos, entre outras (Évora, 2004). Deste modo essa revisão institucionalizou o princípio do pluralismo e possibilitou a transição para um novo tipo de regime político (Barros, 2008).

Segundo Onésimo Silveira, o surgimento da oposição em Cabo Verde influenciou muito a dinâmica da transição. Pois, ao MPD coube um papel pioneiro no processo, ao apresentar-se na ocasião como a única organização partidária minimamente apetrechada para ocupar o terreno legal aberto pelo PAICV (Silveira, 2005).

As potencialidades dos cabo-verdianos do PAICV e do MPD foram traduzidas em realidades políticas, a partir de 13 de Janeiro de 1991, data em que foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias na história do país e em que se registou, sem nenhuma expressão de violência, a mudança das fontes de legitimidade do poder e se abriu o caminho à montagem de um novo aparelho jurídico, numa moldura normativa que consagrou o pluralismo de ideias, de expressão, e o ordenamento político partidário como traves-mestras da democracia cabo-verdiana (Silveira, 2005).

Realizadas as primeiras eleições legislativas a 13 de Janeiro de 1991, e as eleições presidências a 17 de Fevereiro do mesmo ano, ficava no ar a promessa dos partidos políticos de realização de eleições municipais, de maneira a completar-se a eleição directa de todos os titulares dos órgãos do poder político; uma vez que as eleições legislativas acarretaram a mudança de maioria política, o novo Governo propôs no seu programa aprovado pela Assembleia Nacional Popular, desenvolver acções tendentes ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral autárquico e à criação de todas as condições necessárias à periódica e normal realização de eleições livres e democráticas para os órgãos do Poder Local, com a participação de partidos políticos e de outros grupos de cidadãos não enquadrados em estruturas partidárias, como forma de permitir uma maior participação política dos cidadãos na formação e controle dos órgãos do poder (Silva, 2005).

### **3.3 - A Qualificação da Democracia Cabo-verdiana e a sua Percepção Pela Sociedade.**

O Estado de Cabo Verde, desde a sua fundação em 1975 vem funcionando, sem sobressaltos e sem recurso a profundas reorganizações sociais, num quadro de matriz cultural e institucional marcadamente ocidental. Com efeito, três décadas de vida política autónoma, dos quais a primeira metade em regime de Partido Único e outra em regime de democracia pluralista, oferecem resultados que convergem para revelarem o forte substrato ocidental da cultura política e institucional em Cabo Verde (Silveira, 2005).

Paulatinamente, as ilhas foram erigindo as suas instituições e aprimorando o seu modo de funcionamento ao mesmo tempo que os investimentos estrangeiros contribuíam fortemente para o desenvolvimento e o crescimento económico do país. As condições de vida têm vindo a melhorar tal como o acesso à saúde e à educação, mas ainda

existem muitas populações em situação vulnerável, focos de pobreza em zonas menos privilegiadas e altamente dependentes dos caprichos do clima para poderem produzir bens agrícolas necessários à subsistência dos indivíduos. Mesmo assim, Cabo Verde tem-se afastado dos cenários mais negativos que amiúde caracterizam os países africanos (Ramos, 2012).

Segundo o mesmo autor, o arquipélago encontra-se numa nova fase da transição democrática na qual as fragilidades se tornam mais visíveis, sobretudo devido a uma noção mais rigorosa as obrigações do Estado e do Governo perante os cidadãos. Tal significa que o controlo se torna mais apertado, os níveis de exigências bastante acentuados bem como as críticas e as pressões junto daqueles que ocupam posições de liderança. Está em curso um processo de consolidação democrática no qual se destacam um respeito mais acentuado pela oposição política, o reforço e a melhoria do funcionamento das instituições democráticas, a institucionalização de instrumentos na administração pública e a melhoria das condições económicas e sociais. Estes aspectos serão essenciais para ultrapassar um certa “democracia minimalista” que assenta apenas nos aspectos formais da democracia.

Um dos pontos menos positivos do funcionamento da democracia cabo-verdiana é a fraca participação política e cívica dos cidadãos. A abertura aos multipartidarismos originou uma onda de entusiasmo em relação ao primeiro acto eleitoral subsequente, mas ao longo dos anos, vários cidadãos optavam por não ir votar. (Ramos, 2012).

Para Ramos (2012) as desigualdades sociais, a reduzida dimensão e a descontinuidade geográfica são certamente, obstáculos a ultrapassar, no entanto, a esfera política pode contar com um maior respeito pelos direitos, liberdades e garantias, bem como um incremento do interesse dos cidadãos pelos assuntos públicos. A melhoria da escolaridade tal como a expansão do uso da internet – com recurso a blogues, sites e redes sociais, têm contribuído para uma melhoria dos níveis de literacia o que a médio e longo prazo poderá ter efeitos positivos na jovem democracia cabo-verdiana.

No entanto os cabo-verdianos têm uma percepção positiva da democracia do seu país e demonstram uma progressiva interiorização do sistema político, como se pode constatar pelo facto de rejeitarem a hipótese de governos autoritários ou até mesmo compostos por militares. Tal não significa que exista uma satisfação elevada e próxima dos Estados



de referência que encabeçam os índices relacionadas quer com o funcionamento dos mecanismos e instituições democráticas quer com a sua qualidade (Ramos, 2012).

A estabilidade política e social existente em Cabo Verde está espelhada na pontuação sobre o processo eleitoral e o pluralismo. Não obstante a bipolarização partidária e a fraca consolidação e sobrevivência dos partidos pequenos, não existem focos de conflitualidade que coloquem em causa a realização de eleições livres e democráticas conforme definido pela Constituição (Ramos, 2012).

O sistema pluripartidário, a liberdade de expressão, a eleição dos órgãos de soberania num quadro constitucional universalmente aprovado e a aplicação dos direitos humanos são, cada vez mais os elementos definidores de uma democracia representativa, num Estado de direito democrático (Silveira, 2005).

Passo a citar os termos de referência do fórum parlamentar sobre "A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia"

[...] Acerca do reforço e qualificação da democracia, vale salientar que a consolidação e qualificação da nossa democracia situa-se no quadro dos objectivos desta reforma parlamentar. Ao longo dos debates realizados nestes dois últimos anos (2011 e 2012) constatou-se que “estudos recentes da Afrobarómetro confirmam que o “estado da democracia” ganha centralidade no debate político mundial se levarmos em conta a queda registada na confiabilidade na democracia como sistema político, não só em países desenvolvidos europeus e norte americanos, como também em países recentemente redemocratizados na América Latina ou no Leste Europeu [...]

[...] Porém, em Cabo Verde, o cenário inverte positivamente. Os dados do último estudo da Afrobarómetro/Afrosondagem sobre a qualidade da democracia revelam que os cabo-verdianos são democratas convictos, com 8 em cada 10 a defenderem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo [...]

Ora bem: devemos reflectir sobre o conteúdo destes estudos e suas implicações actuais, devendo porém, este Parlamento focalizar em debates e reflexões orientados para os aspectos identificados pela Comissão da Reforma do Parlamento como os mais cruciais e críticos da presente reforma em matéria de reforço e qualificação da democracia representativa cabo-verdiana. Estes aspectos identificados são: Consolidação da Função

de Fiscalização e Controlo Parlamentar; Aproximação do Parlamento ao Cidadão; Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar;

No quadro da Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo importa referir que se trata de uma das importantes funções do órgão parlamentar, pelo que se pretende aprofundar as propostas relativas à reforma do instituto de Perguntas ao Governo, dos Debates e do Período de Antes da Ordem do Dia – este, a ser convertido no chamado “Período da Agenda do Deputado”, um espaço mais dinâmico e contraditório de Debates do Círculo, da Actualidade, Temáticos, entre outros. A realização de audições, debates e auscultação da opinião pública poderão ainda, manifestar-se como vertentes importantes da função de fiscalização e controlo.

No concernente à Aproximação do Parlamento ao Cidadão a reforma prevê instituir, através de novas tecnologias de informação e comunicação (as TIC), um conjunto de funcionalidades, de acessos, programas e projectos de profunda e profícua interacção com os cidadãos, via Portal da Assembleia. Por outro lado, é propósito da reforma, reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania. A realização de debates políticos na comunicação social revela-se também como instrumento de maior aproximação do Parlamento à sociedade. O estímulo à apresentação de queixas, reclamações e perguntas orais, por parte dos cidadãos, assim como o encorajamento do uso do direito da petição, aliado ao melhoramento do seu tratamento, na linha do que estabelece a Lei n.º 33/ V/97 de 30 de Junho, visando outorgar aos cidadãos um conjunto de instrumentos jurídicos tendo como meta a defesa e salvaguarda dos seus direitos, da Constituição, das leis e do interesse geral, é, sem dúvida, um desses momentos altos da cidadania.

Por seu lado, o direito de acção popular e da participação dos cidadãos na feitura das leis, designadamente, por intermédio das iniciativas legislativas populares (ainda não regulada), ou mesmo, do referendo, para além do debate actual sobre as listas de candidaturas às legislativas, por parte de grupos da sociedade civil, constituem uma outra vertente da problemática, a ser levada em devida conta.

Quanto aos Direitos da Oposição Democrática, importa salientar que a oposição traduz-se numa importante componente do Estado democrático por reflectir não apenas a pluralidade político-partidária, mas também o princípio da alternância do poder político. No Quadro Parlamentar vale a pena reflectir sobre toda a sua dimensão, mas, em

particular, sobre os chamados “direitos potestativos”, isto é de todo um conjunto de prerrogativas cujo exercício depende exclusivamente de quem os exerce, produzindo os seus efeitos na esfera do destinatário, independentemente da sua vontade.

Por seu lado, o exercício da oposição democrática passa também pelo controlo e a fiscalização política dos actos do Governo e da Administração do país e abrange também o instituto das perguntas e interpelações ao Governo, bem como a possibilidade de constituição de comissões parlamentares de inquérito, o que se inscreve como prerrogativas importantes do exercício pleno do direito da oposição democrática (Assembleia Nacional, 21 e 22 de Outubro de 2013).

## **CAPITULO IV- OS DESAFIOS POLÍTICOS DA TERCEIRA FASE DA REFORMA**

### **4.1 - Reforço e Qualificação da Democracia**

A República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressões e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais (art. 2º da CRVC).

A democracia pode ser entendida como a forma política em que o poder é atribuído ao povo e o seu exercício de forma harmoniosa com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos (Miranda, 1996).

Mas não basta apenas reconhecer que o poder em abstracto pertence ao povo, ou que já lhe pertenceu num momento passado e que ele o exerce de uma vez para sempre. A democracia só pode ser alcançada através do exercício do poder pelo povo, pelos cidadãos com direitos políticos, em trabalho conjunto com os governantes, esse exercício deve ser actual, e não potencial porque deve proporcionar aos cidadãos a capacidade de formarem uma opinião política autónoma perante os governantes (Miranda, 1996).

Para Miranda (1996) soberania popular significa a atribuição do poder ao povo visto atomisticamente em cada um dos cidadãos, assim cada cidadão tem uma parcela do poder político, exposta pelo conjunto dos seus direitos políticos.

O pluralismo político pode ser manifestado na existência e livre formação e comunicação de diferentes ideologias e correntes políticas ou politicamente pertinentes, bem como na possibilidade de organização dos cidadãos para a crítica dos governantes e para a sua eventual substituição pacífica. O pluralismo é o resultado da liberdade e ao mesmo tempo garantia da liberdade política (Miranda, 1996).

No quadro actual das evoluções das instituições cabo-verdianas é cada vez mais visível a expressão da cidadania e é prioridade exigir-se a modernização, a clarificação e o reforço da organização e do funcionamento do Parlamento. Essas exigências são feitas no intuito de garantir o cumprimento efectivo e eficaz das principais funções do Parlamento, nomeadamente, a função legislativa, o controlo das acções do governo, em

ordem a aquisição de uma maior dignidade e prestígio da casa parlamentar que é considerada a sede da democracia e o centro de debate político (Lopes, 2014).

Segundo José Manuel Andrade<sup>6</sup> a reforma do parlamento, enquanto órgão de soberania de grande centralidade no sistema político cabo-verdiano, insere se, assim, num quadro de incremento das exigências do aprofundamento da democracia cabo-verdiana, pelo que constitui objectivo essencial tornar o Parlamento uma Assembleia cada vez mais representativa do povo, mais próximo dos cidadãos e mais eficaz na satisfação das expectativas e demandas actuais e futuras da nação. E ainda salienta que o Parlamento cabo-verdiano tem uma história organizativa e funcional que pode ser reportada desde o início da independência nacional, marcada por sucessivas fases de evolução da esfera política nacional, com as correspondentes adequações do figurino constitucional e legal dos órgãos de poder político, máxime da Assembleia Nacional, em função dos desafios de desenvolvimento social, económico e cultural do país em cada contexto, sendo agora evidente a necessidade de sua nova adaptação para melhor corresponder ao imperativo do processo irreversível da vivência democrática no país (Lopes, 2014).

A nível do Parlamento há que melhorar muita coisa, a começar pela qualidade do processo legislativo. É essencial utilizar o saber técnico, mobilizar o conhecimento e a competência social de acordo com os processos de formulação de iniciativas legislativas e no processo da apreciação das propostas e projectos de lei, cada vez mais meios como as audições, os debates e a auscultação da opinião pública (Lima, 2004).

Também é indispensável que o Parlamento continue a realizar debates e interpelações sobre temas que preocupam a sociedade proporcionando assim a possibilidade de cada sujeito parlamentar expressar positivamente a sua posição política e se adequem os consensos possíveis e as diversidades necessárias (Lima, 2004).

O reforço e a qualificação da democracia representativa cabo-verdiana passam essencialmente por três aspectos cruciais: a Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo Parlamentar; a Aproximação do Parlamento ao Cidadão; e Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar (Lopes, 2014).

---

<sup>6</sup> José Manuel Andrade é deputado á Assembleia Nacional e ex. líder parlamentar do PAICV. (No prefacio da obra Parlamento Cabo-verdiano os fundamentos de uma reforma.)

A Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo baseia-se essencialmente em aprofundar as propostas relativas á reforma do instituto de perguntas ao Governo (incluindo os requerimentos), dos debates e do período de antes da ordem do dia-este a ser convertido no chamado “Período da Agenda do Deputado”, um espaço mais dinâmico e contraditório de debates do círculo, da actualidade, temáticos entre outros (Lopes,2014).

A Aproximação do Parlamento ao Cidadão através dessa reforma deve ser feita através das novas tecnologias, conjunto de funcionalidades, acessos, programas e projectos de profunda e profícua interacção com os cidadãos, via Portal da Assembleia. Por outro lado, é propósito de reforma reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania, tais como as petições, as iniciativas legislativas populares ou o referendo, para além do debate actual sobre a apresentação das listas de candidatura às legislativas por parte de grupos da sociedade civil (Lopes, 2014).

Relativamente aos Direitos da Oposição Democrática no quadro parlamentar, vale reflectir sobre toda a sua dimensão, mas, em particular, sobre os chamados direitos potestativos (Lopes, 2014).

Por outro lado esta reforma aposta num Parlamento que não seja apenas de discursos, mas sobretudo de trabalho, em que os sujeitos parlamentares, sejam eles deputados, grupos parlamentares ou o próprio Governo, actuem de uma forma organizada, planificada e profundamente digital, com as comissões especializadas a constituírem-se na espinha dorsal da actividade parlamentar, exercendo influência efectiva e activa na acção parlamentar (Lopes,2014).

#### **4.2 - Reforma do Sistema de Comunicação e Informação Parlamentar**

O direito à comunicação e informação encontra-se registada na nossa constituição e consiste na liberdade de exprimir e de divulgar ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém pode ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas e outras. Sendo que todos têm a liberdade de informar e de serem informados procurando, recebendo e divulgando informações e ideias, sob qualquer forma, sem limitações, discriminações ou impedimentos (art.48º alínea 1 e 2 da CRCV).

A comunicação, informação e novas tecnologias é o maior desafio institucional do Parlamento cabo-verdiano em termos de reforma do parlamento, o que implica a evolução do modelo das tecnologias e do plano de desenvolvimento do sistema informático do Parlamento já existente para um modelo capaz de sustentar uma fase mais rigorosa resultante das exigências de uma sociedade de conhecimento e informação de um Parlamento que se quer em sintonia com a Reforma do Estado (Lopes, 2014).

De acordo com o estudo a Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital na altura registava de lacunas relevantes no sistema de relacionamento com a comunicação social, Desde 2002 que os jornalistas tinham a sua disposição na Biblioteca da Assembleia Nacional um dossier com vários documentos que permitiam um maior conhecimento da casa parlamentar como forma de fornecer informações pertinentes para a cobertura das notícias respeitantes à Assembleia Nacional. Mas esses documentos revelaram um carácter limitado por serem constituídos por documentos cuja versão deveria estar sempre facilmente acessível a qualquer cidadão (Custódio et Magalhães, 2005).

Também é necessário frisar que a ANCV não é carenciada de Serviços de Imprensa. Visto que a casa parlamentar possui três assessoras de imprensa ao serviço relativamente do Presidente da Assembleia Nacional, do grupo parlamentar do PAICV e do grupo parlamentar do MPD. Sendo que lhes compete difundir as informações referentes as actividades desenvolvidas pelo Parlamento nomeadamente pelo seu presidente e dos dois grupos parlamentares que constituem a casa parlamentar (Custódio et Magalhães, 2005).

E ainda cabe as assessoras de imprensa auxiliar os deputados da Assembleia Nacional na sua relação com a imprensa nacional e estrangeira nomeadamente na preparação das entrevistas, boletins informativos e brochuras, apoiar os deputados na pesquisa e elaboração de documentos, e ainda recolher informações noticiosas divulgadas pelos órgãos de comunicação social nacional e estrangeira relacionadas com a actividade parlamentar (Custódio et Magalhães, 2005).

A comunicação é entendida como um meio de prestação de contas dos eleitos perante aqueles que os elegeram, como um requisito importante da democracia. Actualmente, a comunicação é largamente função da utilização de novas tecnologias de maior alcance e menores custos. Sobretudo em dois sentidos, permitindo que os cidadãos também

comuniquem os seus estímulos para o sistema político, o que coloca outra obrigação, que é a de garantir a acessibilidade ao Parlamento, em todos os processos em que tal seja regimentalmente permitido (Lopes, 2014).

Segundo o mesmo autor qualquer Parlamento moderno deve cumprir suas funções enveredando as acções em duas dimensões. Pode ser através da representação do deputado investido de poderes para o efeito; ou então pelo cidadão em exercício directo da cidadania com os instrumentos da democracia participativa tais como petições, a iniciativa legislativa ou ainda o referendo.

O Parlamento cabo-verdiano apesar de querer reforçar, modernizar e regulamentar estes instrumentos, ainda deseja com essa reforma, melhorar outros mecanismos de comunicação e de maior interactividade com o cidadão eleitor, adoptando sistemas electrónicos e um conjunto de modelos para o necessário choque tecnológico de transformação do Parlamento Cabo-verdiano num verdadeiro Parlamento Digital (Lopes, 2014).

Lopes (2014) reitera que o Núcleo de Comunicação e Informação Parlamentar, que é o ponto crítico da reforma parlamentar, seja reestruturado, na perspectiva de uma plataforma digital assente num sistema de informação e de documentação moderno, capaz de assegurar um serviço de relações publicas e internacionais e de informação parlamentar para funcionar num sistema de “Mídias Integradas” (Canal Parlamento, Rádio, e Imprensa), em interacção permanente com os interesses da sociedade.

### **4.3 - O Parlamento e a Comunicação Social**

No tocante as transmissões das actividades parlamentares por televisão o art.129º do regimento consagra que salvo deliberações do plenário em contrário, a reuniões plenárias são abertas à comunicação social representada por jornalistas credenciados junto da assembleia nacional e que a Mesa da Assembleia Nacional diligenciará espaços apropriados para os jornalistas credenciados. Por isso a Televisão de Cabo Verde tem transmitido os debates ou pelo menos uma boa parte dos debates parlamentares sem maiores problemas (Lopes, 2014).



Relativamente a Rádio, a emissora nacional costuma transmitir o debate dos diplomas mais importantes. No entanto qualquer outra emissora pode transmitir os debates da casa parlamentar (Lopes, 2014).

Lopes (2014) enfatiza o facto da Assembleia Nacional estar a elaborar um regulamento da credenciação dos jornalistas. Sendo assim, os que trabalham na Assembleia Nacional estão obrigados a apresentar apenas a credencial passada pelo serviço onde trabalham, ou qualquer outro documento que os identifique; o facto de não existir um gabinete de imprensa; e o facto de não existir um porta-voz do Parlamento, mas é garantido o acesso às informações, quando solicitadas, por parte dos órgãos, serviços e sujeitos parlamentares.

As novas tecnologias poderão revolucionar o funcionamento do Parlamento atribuindo-lhe maior interactividade e transparência, assentes em modernas bases de dados para o tratamento sistemático e oportuno de informações pertencentes aos processos legislativos e à actividade de fiscalização (Lopes, 2014). E é neste sentido que se pretende com esta reforma, construir através da Direcção de Serviços de Informática, uma mudança profunda da base tecnológica de trabalhos e de procedimentos para promover uma cultura organizacional com base em novos métodos de trabalho, redutora da cultura do papel, a favor da desmaterialização, simplificando as fronteiras burocráticas e departamentais e fortalecendo a coordenação geral (Lopes, 2014).

#### **4.4 - Incremento da Produtividade e Qualidade Legislativa**

A função legislativa, não sendo a mais alta função jurídico-pública, é provavelmente a mais sedimentada de todas, dando conta da preocupação quotidiana pela ordenação do Estado e da sociedade. A função legislativa tem tido, regra geral, uma consistência normativa, ocupando-se da definição do interesse geral, a partir de órgãos políticos-democráticos, directa ou indirectamente (Gouveia, 2007,p.1203)

Para Lopes (2014), as questões como a produtividade legislativa, qualidade e actualidade dos debates políticos, proximidade dos eleitores e dos seus problemas e responsabilização do sistema de representação tornam-se de grande centralidade para a eficiência do sistema político democrático.

A sua regulação representa a adaptação de um conjunto de instrumentos, tanto de carácter político tal como o Regimento da Assembleia e o Estatuto dos Deputados, como de carácter funcional e administrativo tais como a Lei Orgânica e o PCCS que passam pelas condições físicas e soluções tecnológicas de funcionamento da Casa Parlamentar (Lopes, 2014).

Segundo John Locke<sup>7</sup>, o poder legislativo, é a capacidade para emitir leis, a ser entregue ao Parlamento como assembleia dos representantes (Gouveia, 2007,p.798).

Para Locke, o poder legislativo do Estado, o poder supremo. Deveria por seu lado submeter-se a quatro limites:

- A igualdade de aplicação sem variação de casos particulares, como o rico ou o pobre;
- A vinculação das leis ao bem do povo;
- A necessidade do consentimento do povo no aumento dos impostos;
- A possibilidade da atribuição de poderes legislativos a órgãos diversos do Parlamento;

Em muitos Parlamentos, a insuficiência da produção legislativa da iniciativa dos deputados e dos grupos parlamentares, em comparação com o seu papel, mais visível, no exercício da função fiscalizadora e da função representativa da vontade popular. Nas sociedades modernas a produção legislativa é dominada pelo governo (Lopes, 2014).

Segundo Lopes, a questão da produtividade e da qualidade legislativa estão subentendidas com esta reforma, quatro linhas de intervenção vazadas no novo regimento que apontam:

- O reforço do funcionamento dos grupos parlamentares e, subsidiariamente das redes parlamentares e deputações permanentes, como fontes originárias das iniciativas legislativas;
- Uma nova intensidade de funcionamento e maiores competências atribuídas às comissões especializadas, integrando a Conferência dos Presidentes das

---

<sup>7</sup> John Locke foi um filósofo inglês, ideólogo do liberalismo, o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

comissões especializadas e o Sistema de Controlo e seguimento da Aplicação das leis;

- O envolvimento de uma assistência técnica mais capacitada e especializada no apoio às comissões, incluindo opções por novos institutos no processo legislativo (Nota de Admissibilidade e Nota Técnica)
- Situação de exercício directo da cidadania pelos cidadãos (petições, iniciativa legislativa popular, referendo), que precisam de ser regulamentadas ou cuja regulamentação já existente careça de actualização.

Propõem-se ainda a apresentação de um relatório anual das actividades da Assembleia Nacional e a introdução do procedimento legislativo electrónico. Mas para isso acontecer torna se necessária, uma assistência técnica mais especializada e capacitada, capaz de produzir com qualidade as Notas de Admissibilidade e Notas Técnicas; o papel da conferência dos presidentes das comissões especializadas na melhoria da produção e qualidade legislativa e a implementação do sistema de controlo e seguimento da aplicação das leis (Lopes, 2014).

Com o processo legislativo electrónico pretende-se instituir um sistema político de gestão:

- Que Introduza novas práticas e métodos de trabalho de base tecnológica avançada;
- Que Promova o uso intensivo, continuo e actualizado das tecnologias de informação e dos dados, registos e informações pertinentes para o processo legislativo;
- Que garanta o acesso integral aos documentos e registos do processo, em todas as suas fases, em tempo devido e com carácter pertinente;
- Que propicie a produção e circulação de documentos do processo legislativo electrónico, preenchendo requisitos técnicos de autenticidade, autoria e integridade;
- Que promova os princípios da transparência, acessibilidade, eficiência e eficácia, integração, colaboração e parcerias.

Segundo Lopes (2014), a Assembleia Nacional deve assumir uma postura que valorize as duas notas, procurando dar prioridade a Nota de Admissibilidade sempre que a

complexidade e delicadeza da iniciativa ou pedido assim o exigir. A Nota Técnica, da responsabilidade dos Serviços Parlamentares, deve ser considerada como peça essencial de apoio ao processo legislativo, sendo que será necessário três condições fundamentais:

- Tem de ser do conhecimento de todos os parlamentares;
- Tem de acompanhar a respectiva iniciativa legislativa ao longo de todo o processo;
- Tem de ter um conteúdo que não se limite a observância do cumprimento constitucional e legal;

De acordo com o artigo 148º do RAN, os projectos e propostas da lei são entregues à Mesa para efeitos de admissão pelo Presidente e são registrados e numerados pela ordem da sua apresentação. No prazo de quarenta e oito horas o Presidente comunicará ao autor ou ao primeiro signatário e decisão da admissão ou rejeição, neste caso fundamentada, e ordenará a imediata informação dos Deputados da apresentação da iniciativa e do despacho que sobre ela recaiu. A informação prevista será dispensada através do boletim da Assembleia Nacional ou de notificação individual. Até ao décimo quinto dia útil sobre a data da entrada de qualquer projecto ou proposta de lei, o Presidente promoverá a sua distribuição aos deputados, bem como do parecer da Comissão Especializada competente.

Lopes (2014) afirma que uma Nota de Admissibilidade deve sustentar e fundamentar o Despacho de Admissibilidade do Presidente, cujo conteúdo deve observar os limites gerais e especiais previstos no regimento, ou seja, não são admitidos projectos ou propostas de lei ou propostas de alteração que contenham matéria manifestamente inconstitucional ou que infrinjam o regimento (art. 142º do RAN). Os deputados ou grupos parlamentares não podem apresentar projectos de lei que envolvam, directa ou indirectamente, o aumento das despesas ou diminuição de receitas no Orçamento do Estado, também não são permitidos projectos de lei ou propostas de referendo manifestamente inconstitucionais ou ilegais (art.143º do RAN).

No tocante a assistência técnica deve-se criar e regular um quadro, que há muito é esperado, isto é, trata-se de criar um Núcleo ou Gabinete de Assessoria Técnica que está devidamente regimentada no art.52º do RAN, mas que no entanto não esta contemplado na Lei Orgânica da Assembleia Nacional (Lopes, 2014).

Lívio Lopes afirma que os técnicos ligados ao apoio às comissões têm-se desdobrado em várias funções de suporte aos trabalhos parlamentares, dando apoios em trabalhos que não são da sua competência, em detrimento da necessária e requerida especialização. As novas exigências de centralidade e reforço das actividades das comissões impactam de forma directa, a nível do apoio às comissões (Lopes, 2014).

Actualmente, o gabinete de apoio técnico às comissões é integrado por sete técnicos. Visto que se pretende comissões mais dinâmicas, a proposta é alargar o número de técnicos de sete para onze, sendo que cada comissão será apoiada por dois técnicos, exceptuando uma comissão que ficará com três técnicos, no caso da junção de economia com finanças, tudo isso com o objectivo de reduzir o número de comissões especializadas de sete para cinco (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014) se pretende com a criação deste núcleo ou gabinete de assessoria técnica, melhorar o apoio às comissões e contribuir para o melhoramento do desempenho e produtividade nos trabalhos das comissões da imagem dos deputados e da qualidade legislativa.

#### **4.5 - Reforço da Transparência Parlamentar**

A transparência é uma política de gestão que promove a cidadania responsável por parte da sociedade civil. A participação popular, razão do controlo social, depende da disponibilidade de informações sobre as acções dos representantes do povo, logo o controlo social sobre as actividades legislativas é exercido pela população sendo que ao Parlamento cabe criar as condições para que isso aconteça da melhor forma possível (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014), vários estudos apontam para diversos sistemas de avaliação da governança e transparência parlamentar agrupando, na maioria, três vertentes de avaliação, a legislativa, pessoal e de controlo social.

A transparência legislativa está relacionada com o facto de qualquer Parlamento moderno, além de produzir leis, ter que garantir que a legislação em vigor seja clara e compreensível para os cidadãos, além de acessível e devidamente compilada (Lopes, 2014).

O mesmo autor fundamenta que, o processo de elaboração de leis exige o máximo conhecimento possível das iniciativas em debate e promoção da participação dos interessados na discussão e ainda o livre acesso aos debates em Comissão ou no Plenário. Por isso a qualidade legislativa só pode ser atingida através de mecanismos que permitam:

- Auscultar os cidadãos no processo de preparação de iniciativas legislativas;
- Formular normas de forma clara, evitando dificuldades de interpretação, para que todos os cidadãos as possam entender como forma de facilitar o seu cumprimento;
- Divulgar gratuitamente o texto integral das leis, de modo a facilitar o acesso a todos os cidadãos;
- Republicar os diplomas na íntegra, quando sejam alvo de alterações significativas, compilando num só texto tudo que regular uma determinada matéria;
- Proceder a avaliação do impacto das medidas legislativas aprovadas para aferir o seu grau de eficácia e dar ao público conhecimento dessa avaliação;

A Nível pessoal, Lopes afirma que todo o Parlamento deve prestar contas à população, dando a conhecer regularmente as suas acções, gastos e resultados gerados, o que ajuda a promover o controlo social, difundindo uma postura ética na gestão dos recursos públicos. Neste contexto existem dois tipos de transparência:

- A transparência activa que ocorre quando os parlamentares divulgam dados por iniciativa própria, sem terem sido solicitados;
- A transparência passiva que ocorre quando os dados são divulgados mediante solicitação;

O controlo social é a participação do cidadão na gestão parlamentar, no planeamento, na fiscalização, no monitoramento e no controlo do desenvolvimento dos processos legislativos de representação e fiscalização. Esta participação é importante na medida em que promove o combate a corrupção e auxilia o exercício do mandato, nomeadamente nas acções de fiscalização do executivo, em parceria com os órgãos de controlo institucional (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014), o objectivo desejável é que todos os indicadores importantes sobre a vida parlamentar, devidamente estruturados em categorias próprias ou séries estatísticas comparáveis no tempo e nas categorias, sejam depositados no Portal da Assembleia, para que possam ser consultados e estudados, de forma livre e fácil. Esse procedimento fará com que haja um aumento da transparência e dará aos serviços a possibilidade de remeter os interessados para o lugar próprio do website ou facultar-lhes a informação por outras vias, incluindo a telefonia.

A importância da transparência deve funcionar como mola impulsionadora da reorganização dos instrumentos e procedimentos de trabalho da Assembleia Nacional, promovendo a transição geral da era do papel para a era electrónica (Lopes, 2014).

#### **4.6 - Garantia do Primado da Ética e Decoro Parlamentar**

O Parlamento é o órgão central da representação política da sociedade em qualquer regime democrático, reconhecendo as opiniões e os sentimentos dos cidadãos. Exige-se portanto, que a Assembleia Nacional seja uma instituição credível, ate porque não existe democracia sem representação, tampouco representação sem credibilidade (Lopes,2014).

Para Lopes (2014) é importante que os órgãos políticos sejam os primeiros a adoptar regras de conduta e mecanismos de actuação que salvaguardem a necessária transparência no exercício do mandato de representação em que os deputados são investidos.

Os representantes da Nação possuem normas legais, definidas no respectivo Estatuto, que colocam um conjunto imposição em matéria de incompatibilidade, de impedimentos e de conflito de interesses, como acontece, também, em relação aos demais titulares de cargos políticos. Porém a apreciação dos comportamentos dos titulares de cargos políticos não deve restringir-se ao respeito por aquilo que as regras legais estabelecem, antes devendo alargar-se à avaliação do cumprimento estrito das regras de carácter ético e do decoro parlamentar (Lopes, 2014).

Lopes (2014), enfatiza o facto de existirem comportamentos que não têm nada de ilegal, mas que são reprováveis do ponto de vista ético. Violar a lei é grave, mas desrespeitar

exigências éticas, não é menos condenável. Prevenir, e se for o caso censurar o desrespeito às exigências éticas é o objectivo principal de um sistema de ética e decoro parlamentar, e para isso é essencial a aprovação de um código de ética e de conduta dos deputados que seja exigente no plano dos comportamentos éticos.

Sendo assim Lopes propõe a definição de:

- Um quadro institucional adequado, com a criação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;
- Um Código de Ética e Decoro Parlamentar, que estabeleça os princípios e regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos deputados, e o combate à corrupção e ao tráfico de influência, assim como regras disciplinares e as penalidades aplicáveis em caso de incumprimento das normas éticas;

O Parlamento cabo-verdiano tem sido por diversas vezes alvo de críticas e reacções negativas devido as discussões acesas entre os deputados que têm manchado a imagem do Parlamento. O uso indevido da palavra, expressões pouco respeitosas, ataques pessoais, insultos a pessoa de alguns deputados e até ao próprio presidente tem levado muitas vezes a suspensão dos trabalhos na casa parlamentar (Lopes, 2014).

A origem desses casos são de motivações diversas, que passam por listas para as legislativas demasiadamente eleitoralistas, privilegiando o político fácil ao cientista, traços do neopopulismo na política actual, perfis e personalidades complexas e controversas. Esta realidade levanta a questão de como recrutar, no seio das elites, candidatos que asseguram o compromisso político com competência técnica e representatividade política, expressa na identificação do povo com os seus representantes (Lopes, 2014).

Naturalmente que o uso da palavra continuará a ser elemento central da actividade parlamentar solicitando ao sistema parlamentar e em particular a comissão eventual da presente reforma, o aprofundamento das normas e princípios que devem nortear o uso disciplinado e útil da palavra. As normas actuais, devido uso da palavra não impediram o uso dos mecanismos delatórios e impróprios do uso indevido da palavra, pelo que devem ser reforçadas com normas disciplinares ou um código de conduta que obstem o surgimento de ofensas ao Parlamento que hoje em dia são frequentes (Lopes, 2014).



Lopes (2014) propõem a regulação do “uso indevido da palavra”, visando ultrapassar este constrangimento, com a adopção de experiências positivas relativas à regulação da disciplina e a aprovação de um código de conduta apropriado, à imagem dos adoptados pelos países anglo-saxónicos, onde as regras são tão minuciosas e rigorosas e chega a se proibir por exemplo, a circulação no recinto das salas de sessões parlamentares com casacos dependurados nos braços.

A situação disciplinar, em termos do Parlamento nos países anglo-saxónicos sagra uma vasta gama de normas, das quais se destacam, a proibição do uso da força, de todo o tipo de ameaças, intimidações, provocações ou insultos. Outra categoria de regras disciplinares importantes tanto pelo número de casos como pelas suas consequências práticas são as medidas destinadas a evitar a “obstrução ilegal dos debates “, a que associam ainda regras parlamentares que tratam de proteger a dignidade da Assembleia. A lista de sanções é vasta e inclui advertência censura com suspensão temporária incluindo a perda de honorários, etc. (Lopes, 2014).

Para Lopes (2014), Cabo Verde não pode perder a oportunidade de reflectir profundamente sobre algumas destas normas disciplinares e de conduta resultantes da experiência anglo-saxónica, incluindo os casos de ofensas ao Parlamento.

O objectivo dessa reforma não é alcançar a perfeição do Parlamento cabo-verdiano, mas a busca contínua de um equilíbrio judicioso entre os interesses da sociedade, e o esforço humano de representar todas as esferas da sociedade numa assembleia eleita por sufrágio universal (Lopes, 2014).

#### **4.7 - Aproximação do Parlamento ao Cidadão**

Segundo Lopes (2014), o processo de reforma parlamentar em curso representa um salto qualitativo na organização e funcionamento da Assembleia Nacional, visando o reforço da democracia e melhorando a percepção que a sociedade tem do Parlamento.

O estudo realizado em 2005 “Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital” assegura o enraizamento da democracia na sociedade cabo-verdiana, e a relação entre o Parlamento e o cidadão. Este estudo confirma:

- Que os cidadãos têm um conhecimento muito difuso das competências e actividades da Assembleia Nacional e não revelam familiaridade com os mecanismos constitucionais e legais que facultam formas de participação política e parlamentar.
- Que os cidadãos manifestam um certo interesse pelos trabalhos da Assembleia Nacional, que são acompanhados pela maioria. A rádio é o meio mais utilizado para acompanhar as sessões parlamentares, seguido da televisão, em terceiro lugar a imprensa, via internet ainda é de pouca expressão. As deslocações feitas a sala de sessões são muito escassas.
- Que existe um nível crítico de insatisfação na relação entre deputado e cidadão, claramente visível na elevada percentagem de cidadãos entrevistados neste estudo que declaram nunca terem contactado um deputado. É também impressionante a baixa percentagem de cidadãos que puderam contactar um deputado durante uma visita deste ao círculo eleitoral e na Assembleia Nacional.
- Os cidadãos pedem uma maior aproximação entre o eleito e o eleitor, porque o contacto entre um eleito da Nação é considerado importante por 70% da população em idade eleitoral. Os que assim pensam também declaram que preferem um contacto pessoal e não virtual. Muito positivamente o contacto do deputado com o cidadão é amplamente solicitado e o trabalho do deputado nacional é considerado, no mínimo razoável.
- Uma parcela específica da sociedade manifesta uma certa indiferença para com a Assembleia Nacional e a actividade política exercida por deputados. São baixos os níveis de confiança nas instituições, abrangendo quase indiferenciadamente, órgãos de soberania e outras autoridades, partidos, órgãos de comunicação social e empresas, factor muito importante a ter em consideração na definição de uma estratégia de aproximação entre o Parlamento e a sociedade.
- Os cidadãos revelam considerável desconhecimento dos direitos que, nos termos da Constituição e das leis podem exercer perante a Assembleia Nacional.

Outra medida de aproximação do Parlamento ao cidadão é o Portal da Assembleia Nacional. Enquanto via de comunicação externa, contribui para uma maior aproximação entre o Parlamento e o cidadão, o portal da assembleia nacional, deve comportar um conjunto de funcionalidades, de acesso, programas e projectos de profunda e proveitosa interacção com os cidadãos (Lopes, 2014).

Segundo Lopes o Parlamento cabo-verdiano tem dado passos significativos para fortalecer a sua relação com o cidadão eleitor, no intuito de um Parlamento mais aberto. Ao longo da VI legislatura (2001-2006), foram adoptadas algumas medidas com o objectivo de melhorar a ligação da ANCV as mais diversas categorias de cidadãos e a sociedade civil:

- Foi criada uma página da Assembleia Nacional na internet, devidamente registrada no domínio [www.parlamento.cv](http://www.parlamento.cv);
- Foram estabelecidas relações entre o Parlamento e as escolas, através de visitas guiadas;
- São asseguradas visitas ao Parlamento de grupos de cidadão reformados, deficientes, estrangeiros e outros;
- Tem sido realizado o Parlamento infantil;
- Foi produzido e regularmente distribuído material informativo sobre o Parlamento;

Mas para Lopes essas medidas não são suficientes para a intensificação necessária da relação entre o Parlamento e o cidadão, na linha do que se conhece hoje noutros Parlamentos do mundo.

#### **4.8 - Desconcentração Parlamentar**

A concentração temporal da actividade visível do Parlamento resume o considerável impacto que a dispersão geográfica parece ter na vida Parlamentar, visto que Cabo Verde é um país arquipelágico constituído por dez ilhas e ainda possui importantes comunidades no exterior com representação parlamentar específica. No tocante ao trabalho dos deputados e a inevitável tensão entre a actividade na cidade da Praia, sede parlamentar, e o trabalho de círculo suscita, em tais condições, e com deputados a tempo inteiro, problemas específicos de cuja eficaz resolução depende o bom exercício do mandato nas suas várias dimensões (Custódio et Magalhaes, 2005).

O mesmo autor coloca a questão da resolução da problemática da desigualdade em que os cidadãos se encontram em matéria de acesso à sede do Parlamento. Sem uma estratégia eficiente de aproximação, que ajude a compensar a distância, o risco óbvio é o

de um centralismo parlamentar, mutilador da representatividade da Assembleia Nacional e muito lesivo da sua imagem junto dos cidadãos.

A Assembleia Nacional tem a sua sede na Praia, no Palácio da Assembleia Nacional, todavia os trabalhos da Assembleia podem decorrer em qualquer outro ponto do território nacional, por decisão do Presidente e assentimento da Comissão Permanente, quando assim o imponham as necessidades do seu funcionamento (art.65º do RAN).

A disposição em causa foi, no entanto pensada para circunstâncias excepcionais. O que se mostra digno de reflexão é saber se a organização da vida parlamentar pode vir a comportar formas novas de projecção da actividade dos deputados nos círculos onde são eleitos, combatendo disparidades e enriquecendo a representação do todo nacional. Outra questão igualmente importante é saber como é que o Parlamento deve explorar o novo panorama comunicacional, cujas inovações, cada vez mais disponíveis em Cabo Verde, estão a revolucionar as formas de organização e trabalho das instituições públicas e privadas (Custódio et Magalhães, 2005).

Segundo Lopes (2014), dos debates que a Comissão Parlamentar da Reforma realizou com a sociedade cível nas ilhas foi possível tirar algumas ilações sobre a desconcentração parlamentar. Isto é, nesta matéria de desconcentração do Parlamento, auscultando a sociedade propõem-se:

- Representação parlamentar nas ilhas, ainda que sejam em sistema de protocolo com instituições locais;
- Flexibilidade da residência do deputado na perspectiva de possibilitar também a residência no círculo em que foi eleito;
- Realização de reuniões regulares, desconcentradas, das comissões especializadas nas ilhas;

É importante salientar a tendência da sociedade cabo-verdiana para ampliar esta discussão à reforma do Estado, com particular incidência na regionalização, à redução do número de deputados, à localização dos principais órgãos de soberania ou departamentos governamentais (Lopes,2014).

## **CAPÍTULO V - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES PARLAMENTARES**

### **5.1 - Função Electiva**

O artigo 180º da CRCV atribui a Assembleia Nacional competência para eleger determinados órgãos constitucionais ou alguns membros destes mesmos órgãos tais como os Juizes do Tribunal Constitucional, o Provedor da Justiça, o Presidente do Conselho Económico e Social, os membros da Comissão Nacional de Eleições, os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial e do Conselho Superior do Ministério Público, os Membros do Conselho da Comunicação Social e de outros órgãos cuja designação lhe seja cometida pela constituição ou pela lei.

Esta função electiva permite a Assembleia Nacional aperfeiçoar a composição de alguns dos mais importantes órgãos do sistema político constitucional cabo-verdiano. É uma ajuda importante para a dignificação destas instituições, graças a estes processos de escolha, em determinadas circunstâncias, muito comprometedoras para entidades que desaconselham uma partidarização exagerada, além de se revelarem em frequentes bloqueios no processo electivo, com reflexos negativos no funcionamento dessas instituições (Lopes, 2014).

Lopes (2014) coloca duas questões pertinentes:

A Assembleia Nacional elege órgãos ou cargos?

A Assembleia Nacional elege apenas cargos exteriores de órgãos de natureza exclusivamente constitucionais (órgãos de soberania) ou, elege também outros órgãos do Estado?

O art. 277º do RAN consagra o princípio da eleição de titulares de cargos exteriores à Assembleia Nacional, que prevê que, a Assembleia Nacional elege, nos termos estabelecidos na lei, os titulares dos cargos exteriores à Assembleia Nacional cuja designação lhe compete. Então Lopes (2014) justifica que o artigo em análise deixa claro, que se elege titulares de cargos exteriores e não órgãos exteriores, tanto mais que, nos casos dos órgãos de soberania, os seus titulares são eleitos directamente pelo povo, à excepção dos tribunais.

Os órgãos jurídicos-públicos podem ser divididos em três categorias: Órgãos de Soberania, Órgãos do Estado e Órgãos Constitucionais; Os órgãos constitucionais são, diferentemente dos órgãos de soberania e do Estado, órgãos que não se preenchendo pelos seus critérios, adquirem uma posição jurídico-constitucional, o que se lhes quis conferir. E que sendo órgãos constitucionais o respectivo estatuto impõe, desde logo, um reconhecimento ao nível do texto constitucional, embora assinala que muitos dos seus traços estatutários constam do próprio texto constitucional, com isso diminuindo a margem de liberdade do legislador infraconstitucional (Gouveia cit. in Lopes 2014).

A máxima que combina estas três qualidades de órgãos jurídico-públicos pode ser expressa da seguinte forma: todos os órgãos de soberania são órgãos do Estado, mas nem todos os órgãos do Estado são órgãos de soberania, para além de ser verdade que todos os órgãos de soberania são órgãos constitucionais, a despeito de nem todos os órgãos de Estado serem necessariamente órgãos constitucionais (Gouveia cit. in Lopes 2014).

Para uma melhor compreensão do assunto, Lopes, de entre outras figuras destaca a figura de Provedor da justiça, a entidade reguladora da comunicação social, que é um órgão do Estado mas todavia, não é um órgão constitucional, não obstante a sua expressa previsão na Constituição. Chegando a conclusão de que a Assembleia Nacional compete eleger os titulares de órgãos externos, mas nunca a competência de eleger órgãos de Estado, nomeadamente, órgãos de soberania de eleição directa pelo povo como é o caso do Presidente da República por exemplo, não obstruindo o poder de conformar certos órgãos de Estado e eleger os respectivos titulares (Lopes, 2014).

## **5.2 - Função Legislativa**

A Assembleia é o órgão legislativo por excelência, a ela cabe a função de fazer leis. A função legiferante não é hoje um monopólio da Assembleia, dado que o Governo e as Assembleias regionais têm também competência legislativa, mas o órgão legiferante primário é ainda o Parlamento ao qual se atribui uma reserva de competências legislativa absoluta para certas matérias, ao lado de uma reserva relativa de competências para outros domínios materiais (Canotilho, 1993).

A função legislativa é a função típica da Assembleia Nacional, é a sua função precípua. Ela é o poder legislativo por excelência, isto, sem prejuízo de esse poder (função) ser conferido a outro órgão, qual seja o Governo que a exerce de forma atípica, pois, na verdade, a sua função típica não é legislar, mas sim “definir, dirigir e executar a política geral interna e externa do país” conforme a regra do art.º 185º da Constituição da República. Assim, a sua função típica é a executiva (Carlos Ramos in fórum parlamentar,2014).

A função legislativa é a função de excelência de qualquer casa parlamentar. O procedimento legislativo traduz-se na sucessão de uma série de actos necessários para se produzir o acto legislativo, cuja expressão final é a lei. Neste contexto pende-se sobre as formas de processo legislativo que constituem a essência da função legislativa (Lopes, 2014).

O regimento consagra a partir do seu art. 140º as formas de processo legislativo: Processo legislativo comum, processo legislativo especial, processos de orientação e fiscalização política e processos relativos a outros órgãos.

Segundo Lopes (2014) é necessário expor as fases mais comuns do processo legislativo isto é, a formação das normas jurídicas a que se convencionou chamar de leis em sentido formal. As fases são divididas em cinco etapas:

### **1. Fase da iniciativa**

Esta é a fase em que se inicia o processo legiferante na Assembleia Nacional, cuja função específica é colocar em prática o poder de iniciativa legislativa, fornecendo o impulso necessário para dar sequência ao procedimento. Este impulso manifesta-se através da apresentação à Assembleia Nacional de um texto articulado de procedimentos normativos, denominados, conforme os casos por projectos ou propostas de lei (Lopes, 2014).

Em cabo verde o poder de iniciativa legislativa pertence aos sujeitos parlamentares e os cidadãos eleitores sob as seguintes formas: os deputados e os grupos parlamentares, sob a forma de projectos de lei; o Governo sob a forma de proposta de lei; e os cidadãos eleitores nas condições e nos termos regulados por lei. Para além dessa iniciativas legislativas directas ou primárias ainda existe a iniciativa legislativa secundária ou

derivada, que consiste na apresentação de propostas de alteração. Esta fase vem regulamentada na constituição da CRCV a partir dos art.157º e seguintes e pelo art.140º e seguintes do RAN (Lopes, 2014).

## **2. Fase da instrução**

Esta fase de instrução consiste na recolha de informações e elementos que vão possibilitar avaliação da oportunidade e bondade na iniciativa. Nesta fase o papel principal é das comissões, enquanto órgãos auxiliares do plenário, na medida em que lhes cabe preparar as deliberações do plenário, emitindo o parecer no prazo fixado pelo presidente, ouvindo se necessário, todas as entidades externas, em razão da especial relevância da matéria. Esta fase vem regulamentada no regimento no art.152º e seguintes (Lopes, 2014).

## **3. Fase constitutiva**

A fase constitutiva ou também conhecida como a fase deliberativa consiste na produção do acto principal e os efeitos jurídicos mais importantes. Nesta fase dá-se lugar ao debate ou a discussão, a votação e a redacção final. A discussão dos projectos e propostas de lei compreende um debate na generalidade e outro na especialidade (Lopes, 2014).

A votação também inclui uma votação na generalidade, uma votação na especialidade e uma votação final global. É importante dar atenção as formas de votação estabelecidas no regimento, o escrutínio secreto, votação nominal e ordinária. O regimento ainda consagra o voto electrónico que deve ser introduzida na reforma em curso (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014), a discussão na generalidade é feita no plenário e a discussão na especialidade pode ser feita nas comissões ou no plenário. Concluída a discussão na especialidade, nas comissões ou no plenário, conforme os casos, procede-se à votação final global, sem discussão.

## **4. Fase de Controlo**

Esta fase consiste no exercício do poder de promulgação da lei, da competência do Presidente da República, como requisito prévio da validade jurídica. É de ressaltar que,



nesta fase a Assembleia Nacional pode voltar apreciar o diploma de acordo com os termos previstos nos art.137º da CRCV e 175º do RAN, caso o Presidente da República exercer o seu direito de veto. Nesta fase o Presidente da República tem ao seu dispor a possibilidade de, sobre o diploma, decidir em três sentidos diferentes, promulgar o diploma, requerer ao tribunal constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade ou da legalidade das propostas de referendo, dos tratados e das normas jurídicas, ou ainda exercer o direito de veto (Lopes, 2014).

### **5. Fase de integração da eficácia**

Esta fase abrange os actos orientadas a tornarem mais eficaz o acto legislativo, a publicidade dos actos e a publicação no Boletim Oficial. Se o diploma não for publicado, fica sem eficácia jurídica. É pertinente nesta fase avaliar a pertinência da assinatura final do Presidente da Assembleia Nacional para confirmar o acto antes da publicação. Constava na Constituição da República de 1992, mas caiu em 1999, mas nada impede que o regimento mostre uma posição clara sobre o assunto (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014), é de realçar que, além de produzir leis, a Assembleia Nacional deve e pode assegurar que a legislação em vigor em cada momento, seja clara e compreensível para os cidadãos além de acessível e devidamente compilada. Daí o papel das comissões, com especial realce para as comissões da redacção final dos textos legislativos, dos serviços de apoio técnico, para além do Boletim da Assembleia Nacional.

De acordo com o mesmo autor, o processo legislativo comum pode configurar-se nas seguintes fases, a iniciativa legislativa, a aprovação, a promulgação, a publicação e a entrada em vigor.

A iniciativa legislativa dá-se com a elaboração da lei sob certas formalidades que estão reguladas e previstas na CRCV e no RAN. Somente os deputados, os grupos parlamentares, o Governo e os cidadãos têm competência de iniciativa legislativa. A aprovação das Leis é feita pela maioria exigida na Constituição e no Regimento (Lopes, 2014).

A promulgação é um acto pela qual o Presidente da República atesta solenemente a existência e a conformidade do diploma, incitando a sua observância. A promulgação

pelo Presidente da República é um acto que as leis, os decretos-legislativos, os decretos-leis e os decretos regulamentares precisam. A sua falta de promulgação determina a inexistência do acto legislativo (Lopes, 2014).

A publicação é importante na medida em que assume-se como condição necessária à aplicação da lei, o seu conhecimento público, através do Boletim Oficial, sob pena de ineficácia jurídica. A partir do momento que a lei é publicada passa a ser obrigatória, e aplicável no início da vigência fixado na mesma. A entrada em vigor da lei decorre do espaço de tempo fixado entre a sua publicação e o prazo que a própria lei fixar (Lopes, 2014).

### **5.3 - Função de Fiscalização e Controlo**

A função política de controlo ou função de inspecção ou função de fiscalização é uma das mais importantes funções da Assembleia. As funções de controlo, ao contrário do que por vezes se afirma, não se identificam com os mecanismos destinados a dar operacionalidade à relação de confiança Parlamento-Governo. As funções de controlo existem mesmo em regimes não parlamentares, como por exemplo no sistema presidencial americano, e têm por objectivo não apenas as actividades do governo, mas também outras esferas de actividade (Canotilho, 1993).

Segundo Lopes, (2014) a função de fiscalização e controlo é exercida através de processos de orientação e fiscalização política regulados a partir dos artigos 228º a 268º do regimento, evidencia-se em momentos altos de actividade parlamentar, como são os casos:

- Apreciação do programa do Governo;
- Debate sobre o Estado na Nação;
- Debate sobre a situação da justiça;
- Moções de confiança e de censura;
- Interpelações;
- Perguntas ao Governo;
- Debate sobre questões da política externa e interna;
- Inquéritos parlamentares;

- Petições;

Neste registo destacam-se as “perguntas ao Governo” e os “debates” como pontos críticos que devem merecer especial atenção no quadro da reforma em curso. No tocante às “perguntas ao Governo” o modelo actual encontra-se desacreditado e constitui uma condição de desprestígio para o parlamento, tal é o figurino de “menino de escola” em perguntas e respostas (Lopes, 2014).

O Parlamento tem a função de fiscalização política e controlo da actividade governativa e da administração pública. Para o efeito a Constituição e o Regimento colocam à disposição dos parlamentares diversos mecanismos que lhes permitem exercer o controlo dos actos do Executivo. Assim, desde logo, é preciso dizer que uma boa governação pressupõe uma boa fiscalização. É preciso dizer também que se os parlamentares têm à sua disposição os mecanismos legais e instrumentais para a fiscalização da actividade governativa, meios que nenhum outro cidadão, não deputado, detém de forma tão privilegiada, eles deverão, portanto, actuando em nome dos cidadãos governados que lhes conferiram o mandato, usar as suas forças, meios, inteligência e entendimento, para bem exercerem tal função (Carlos Ramos, in fórum parlamentar, 2014).

#### **5.4 - Função Autorizante**

Compete a Assembleia Nacional autorizar certos actos de inequívoco significado político, o que leva alguns autores a falarem em “competência de co-decisão”. Que é o caso da autorização ao Governo para contrair ou conceder empréstimos, da autorização ou confirmação de declaração do estado-de-sítio e estado de emergência, da autorização da declaração de guerra ou da feitura da paz ou ainda das autorizações legislativas (Conotilho, 1993).

Segundo Lopes (2014), é questionável autonomizar uma “função autorizante”, já que a mesma se remete, na sua essência, à emissão de leis de autorização legislativa. Mostra-se pertinente esta função devido aos limites e parâmetros que a lei autorizante estabelece, para além do poder de ratificação dos decretos-legislativos que desta autorização poderá vir a resultar.

Por outro lado, podem remeter, grosso modo, à “função de controlo” as autorizações que o Parlamento pode conceder para a contracção de empréstimos, à declaração de estados de emergência e de sítio, à declaração de guerra e de paz, uma vez que o limite entre a função autorizante e a de controlo é ténue (Lopes, 2014)

## **5.5 - Função de Representação**

Segundo a Constituição da República, a Assembleia Nacional é a assembleia que representa todos os cidadãos Cabo-verdianos (art.140º da CRCV). Os deputados são os representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitorais por quem foram eleitos (art.163º da CRCV).

A Assembleia, através dos deputados, que são aliás quem tem o poder para exercer todas as funções parlamentares e que são portanto a figura central do Parlamento, detém o poder conferido legitimamente pelo povo, através do voto para o representar. É portanto, em nome e no interesse do povo, que o deputado deve actuar, pois que recebeu o mandato para esse efeito (Carlos Ramos, in fórum parlamentar, 2014).

O princípio segundo o qual os deputados exercem livremente o seu mandato, representando todo o povo cabo-verdiano e não somente o círculo eleitoral que os elegeu, insere Cabo Verde no grupo de países em que o mandato parlamentar é essencialmente, de cariz representativo (Lopes, 2014).

O mandato representativo deixa o deputado livre, de responsabilidades directas que o prendem ao eleitorado que o elegeu, mas fica impossibilitado de mudar de partido, e de entre outras imposições do sistema relativas ao grupo parlamentar (Lopes, 2014).

Outros sim, é preciso lembrar que, nesta matéria a constituição fixa amarras ao sistema eleitoral cabo-verdiano que não permitem candidaturas fora das listas plurinominais partidárias (art. 105º e 106º), significando a vinculação a um programa eleitoral de base, sufragado, que os grupos parlamentares devem, disciplinadamente, garantir durante a legislatura. Por isso, a figura dos deputados independentes (art.14ºdo RAN), que o regimento consagra, não nos parece querer legitimar o mandato livre, mas sim enquadrar no plenário o deputado que se desintegre do grupo parlamentar, com perda de eficácia no seu trabalho que tal mudança implica (Lopes, 2014).

Segundo Lopes (2014), o significativo índice de poderes que o regimento da Assembleia Nacional estabelece, no seu art.4º, ao favor do exercício da função de deputado, exprime a dimensão do poder de representação que o eleitor nele delega:

- Usar da palavra nos termos estabelecidos no RAN;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpor recurso. Nos termos do RAN;
- Apresentar projectos de revisão da constituição;
- Apresentar projectos de lei, propostas de referendo, de resolução, de moções e de deliberações;
- Requerer a ratificação de decretos legislativos;
- Propor alteração ao RAN;
- Fazer interpelações, oralmente e por escrito, nos termos do RAN;
- Formular oralmente ou por escrito, perguntas ao Governo, administração ou a qualquer entidade pública, para esclarecimento da opinião pública sobre quaisquer actos do Governo ou sobre qualquer assunto que interesse à vida do país, e obter respostas, nos termos do regimento ou em prazo razoável;
- Requerer e obter do Governo e dos órgãos da administração ou de qualquer entidade pública informações e publicações úteis que considerem necessárias ao exercício das suas funções;
- Apresentar moções de censura ao Governo, nos termos da constituição e do RAN;
- Requerer a constituição de comissões eventuais, nos termos do RAN;
- Desempenhar funções específicas para as quais forem eleitos na Assembleia Nacional;
- Outras constantes do RAN do Estatuto e da lei.

À função de representação pode-se ainda acrescentar a representação exercida no plano das relações internacionais, tanto na aprovação de tratados, como na diplomacia parlamentar exercida junto dos organismos internacionais, como a União Interparlamentar, entre outros (Lopes, 2014).

## **5.6 - Função de Vinculação Internacional do Estado (Diplomacia Parlamentar)**

Quanto a função de Vinculação Internacional do Estado a Constituição da República no seu artigo 179º consagra que, compete a Assembleia Nacional aprovar para ratificação ou adesão os tratados e acordos internacionais de participação de Cabo Verde em organizações internacionais, os tratados e acordos de amizade, de paz, de defesa, de estabelecimento ou rectificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares; aprovar para ratificação ou adesão outros tratados e acordos internacionais que versem matérias da sua competência reservada e os demais que o Governo entenda submeter à sua apreciação; aprovar a desvinculação dos tratados e acordos internacionais referidos;

Porém o Parlamento não está obrigado a provar todos os tratados como condição prévia para a ratificação pelo Presidente da República, pois o Governo tem, também competência para aprovar os chamados acordos em forma simplificada, desde que versem matérias da sua competência. Entretanto o Governo não pode manipular a forma do acordo para aprovar tratados que revistam a forma de tratados solene, de reserva parlamentar (Lopes, 2014).

Recorrendo-se a doutrina na ausência de uma distinção no texto constitucional, explica-se a distinção material entre acordos e tratados. Se impõe a consideração como tratados quando se trata de uma disciplina primária, solene e inovatória e se justifica a forma de simples acordo somente para instrumentos diplomáticos executivos, reconduzindo-se, com isso, à ideia do valor legislativo dos tratados e regulamentar dos acordos (Canotilho cit. in Lopes 2014).

A Diplomacia Parlamentar é um conceito bastante recente, apesar de na prática sua origem ser marcada com a criação da União Interparlamentar, em 1889. O conceito de Diplomacia Parlamentar não possui uma definição consensual mas podemos defini-lo na linha de outros posicionamentos como o conjunto de actividades internacionais levadas a cabo por um Parlamento, através dos seus deputados e dos seus serviços, de forma autónoma em relação ao poder executivo sem, no entanto, ultrapassar as suas competências próprias nem pôr em causa a política externa do país (Lopes, 2014).

Esta função de Diplomacia Parlamentar saiu reforçada com o recente posicionamento do constitucionalista JJ Gomes Canotilho que, ao examinar a dita polémica entre o

Presidenta da República e o Primeiro-ministro sobre quem representa externamente o Estado de Cabo Verde, considera que a representação de Cabo Verde, inclusive a externa, assenta-se numa estrutura trilateral, Governo, Parlamento e Presidente da República. Esta representação trilateral na frente externa, fundamentada por Gomes Canotilho vem reconfirmar o envolvimento do Parlamento e reforçar o papel da Assembleia Nacional em matéria de relações internacionais (Lopes, 2014).

## **CAPITULO VI - Análise da entrevista**

### **ENTREVISTA**

#### **1.Qual o papel que o Parlamento tem tido desde a primeira República?**

O Parlamento é o centro do sistema político, perante o qual responde o governo (artº 198 da CRCV), num sistema semipresidencialista como o nosso.

Em resumo, o papel do Parlamento é o de cumprir a sua função legislativa, fiscalizar e controlar o executivo, para além de desenvolver a função de representação da sociedade cabo-verdiana, função electiva, função de vinculação internacional do estado, assim como a de autorizar o governo a legislar.

#### **2.Como avalia a evolução ou as fases de evolução do Parlamento Caboverdiano tendo em conta que estamos numa terceira fase da reforma parlamentar, quais os momentos marcantes dessa trajectória e de que forma contribuíram para essa evolução?**

As reformas trazem sempre algo de positivo em qualquer instituição. Podem, porém, não atingir todos os objectivos. O Parlamento cabo-verdiano conheceu uma primeira etapa da sua reforma, a partir de 1993, visando, essencialmente, criar as condições para um funcionamento mais regular, com deputados profissionalizados a tempo inteiro, uma orgânica própria e um Centro de Documentação e Informação Parlamentar que possibilitasse um melhor acesso a fontes de pesquisa documental, bem como uma maior aproximação do Parlamento ao cidadão.

Durante quase toda a V Legislatura (1996-2001), o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o indispensável para garantir o funcionamento necessário das 4 principais Comissões Especializadas, então existentes. Ficou convencionado que, na legislatura seguinte, seriam criadas as condições para que todos os deputados (72) passassem a exercer o mandato em regime de tempo inteiro. Foi o que aconteceu a partir de 2001.



Terminava, assim, uma primeira etapa da Reforma do Parlamento, sem que fosse alcançado o compromisso de reforma do Núcleo da Comunicação e Informação Parlamentar, assim como o de Aproximação do Parlamento aos Cidadãos!

A II Fase da reforma, resultante de alguns sinais externos e da necessidade de modernização e uso de novas tecnologias, inicia com novas acções, em 2005, que marcaram uma nova etapa no processo reformista. Estas novas acções, resultam das conclusões de um estudo designado *“Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital: Uma Contribuição para uma Estratégia de Aproximação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos”*.

Pretendia-se *“obter um amplo conjunto de dados e elementos que contribuam para a ponderação e adopção de medidas que facultem uma maior aproximação e estreitamento das relações entre cidadãos, grupos de interesse e o Parlamento, bem como uma significativa melhoria da projecção externa da vida parlamentar”*. Os objectivos desta fase foram, em parte, alcançados e motivaram uma terceira etapa.

Nesta III Fase da reforma as exigências são diferentes e as premissas para novos paradigmas também. A experiência do funcionamento mais efectivo e contínuo da Assembleia e as alterações constitucionais de 2010 tornaram mais premente a necessidade de se encontrar novas soluções de funcionamento do Parlamento, para dar resposta aos estrangulamentos e insuficiências constatados ao longo dos anos.

Por outro lado, o funcionamento mais efectivo e contínuo do parlamento cabo-verdiano justifica-se, actualmente, pelo imperativo de o Parlamento se assumir plenamente como um órgão legislativo fiscalizador das acções de um governo e de uma administração pública que trabalham de forma intensiva e contínua. O Parlamento não pode continuar a funcionar numa “cadência” mensal, com prazos legislativos demorados que não acompanham o ritmo diário da governação do país, as exigências dos actores económicos e dos parceiros internacionais.

Ficou, então, bem claro que os próximos passos devem ser no sentido de “melhoria da qualidade da democracia e da sua percepção pela sociedade”, no quadro de um Parlamento digital, promotora da cidadania, e centro de excelência do poder político cabo-verdiano.

Como vê, a evolução do processo foi extremamente positivo, salvo alguns desafios ainda por ultrapassar.

**3. Visto que é um grande impulsionador da reforma parlamentar, quais as razões que o levam a defender tal reforma?**

Para o efeito vou-lhe apresentar um facto apenas, do nosso dia-a-dia, para ilustrar a urgente e profunda necessidade da reforma do Parlamento em Cabo Verde: o Governo delibera e decide diariamente, assim como os municípios, enquanto a Assembleia Nacional só delibera mensalmente. Havendo necessidade de uma resposta imediata do Parlamento a uma iniciativa urgente de governação do país, por causa deste funcionamento mensal - que se torna trimestral nas férias parlamentares -, podemos perder uma importante ajuda orçamental, por exemplo.

Para além disso, das seis funções parlamentares temos a urgente necessidade de alterar, profundamente, pelo menos quatro: a legislativa, a de fiscalização e controlo, a de representação e a electiva (esta por causa da revisão da CRCV em 2010).

Sou um grande impulsionador desta III Fase da Reforma do Parlamento porque é um processo profundo e revolucionário tendo como propósito representar para a Assembleia Nacional um salto qualitativo para o *E-Parliament* (Parlamento Digital), para o reforço da democracia cabo-verdiana, aproximação ao cidadão, reforçando incompatibilidades, a transparência, a ética e o decoro parlamentar. É o que o nosso país precisa para se modernizar e dar o salto para um CV desenvolvido no futuro.

Deixo aqui os principais fundamentos desta fase da reforma para elucidar as minhas preocupações e esclarecer melhor:

Garantir a efectividade da acção parlamentar, fazendo o parlamento funcionar semanal ou quinzenalmente, ajustando-se, assim, os prazos parlamentares aos do Governo, da Administração Pública e dos parceiros do desenvolvimento;

Dotar o país de um Parlamento moderno e digital, de profunda interactividade com a sociedade civil;

Ajustar a orgânica da Assembleia Nacional e os procedimentos legislativos a uma nova e adequada estrutura (Direcção) de documentação, informática e comunicação,

informação parlamentar e relações públicas e internacionais, o calcanhar de Aquiles de todas as reformas;

Reforçar e qualificar o sistema democrático na perspectiva da consolidação da função de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, da aproximação do Parlamento ao cidadão, bem como da garantia dos direitos da oposição democrática no quadro parlamentar;

Introduzir mecanismos de melhoria da produtividade e qualidade legislativa;

Garantir mecanismos de aferição da transparência parlamentar;

Reforçar os instrumentos de garantia da ética e do decoro parlamentar,

Assegurar um processo de desconcentração parlamentar moderno, eficaz e adequado à realidade insular cabo-verdiana;

Estabelecer mecanismos e procedimentos para o uso racional do tempo;

Conceber e estabelecer um sistema de transição adequado e faseado, compatível com o rigor orçamental e financeiro necessário.

#### **4.Como é que as medidas dessa reforma podem alterar a estrutura actual de funcionamento do parlamento Cabo-verdiano?**

O Parlamento cabo-verdiano funciona, actualmente, em termos deliberativos, em sessões mensais, isto é, no concernente às Reuniões Plenárias, estando consagrada no artº 87º do Regimento em vigor a última semana do mês como a preferencial para as reuniões plenárias.

Em termos do funcionamento da Assembleia Nacional a alteração com maior repercussão diz respeito à mudança do regime mensal, para o quinzenal ou semanal, que ainda não está totalmente acordado. Esta alteração terá repercussões em quase tudo: na vida do deputado, nas comissões, no plenário, nos custos, etc.

#### **5.Tendo em conta que o objectivo principal da terceira fase da reforma é a qualificação da democracia e a melhoria da sua percepção pela sociedade, qual seria a melhor forma de alcançar este objectivo?**

Em relação a esta questão devo informar que dos estudos e reflexões no âmbito da Comissão da Reforma, podemos identificar como elementos mais cruciais e críticos da presente reforma os aspectos seguintes:

- Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo Parlamentar;
- Aproximação do Parlamento ao Cidadão;
- Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar;

No quadro da Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo pretende-se aprofundar as propostas relativas à reforma do instituto de Perguntas ao Governo, dos Debates e do Período de Antes da Ordem do Dia – este a ser convertido no chamado “Período da Agenda do Deputado”, um espaço mais dinâmico e contraditório de Debates do Circulo, da Actualidade, Temáticos, entre outros.

No concernente à Aproximação do Parlamento ao Cidadão a reforma prevê instituir, através de novas tecnologias, um conjunto de funcionalidades, de acessos, programas e projectos de profunda e profícua interacção com os cidadãos, via Portal da Assembleia; Por outro lado, é propósito da reforma reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania, tais como, as petições, as iniciativas legislativas populares ou o referendo, para além do debate actual sobre as listas de candidaturas às legislativas, por parte de grupos da sociedade civil.

Quanto aos Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar vale reflectir sobre toda a sua dimensão, mas, em particular, sobre os chamados “direitos potestativos”.

## **6. Em que medida a reforma parlamentar pode contribuir para a consolidação da democracia em Cabo Verde?**

A reforma do Parlamento - enquanto centro do sistema político-, contribui para a consolidação da democracia com a credibilização do sistema e reforço das instituições.

Veja que um estudo recente da Afrobarómetro nos confirma que o “estado da democracia” ganha centralidade no debate político mundial se levarmos em conta a queda registada na confiabilidade na democracia como sistema político, não só em países desenvolvidos europeus e norte americanos, como também em países

recentemente redemocratizados na América Latina ou no Leste Europeu. Estudos publicado pelo PNUD em Abril de 2004 revela existir entre os latino-americanos um desalento com a democracia, pois 55% dos inquiridos em 18 países declararam que aceitariam o autoritarismo se isso melhorasse a economia... Outro estudo mais recente publicado pelo Instituto de Ciências Sociais em Portugal revela uma insatisfação de 55,5% dos portugueses com a forma como funciona a democracia neste país.

Diz ainda que em Cabo Verde o cenário inverte positivamente. Os dados do último estudo da Afrobarometro/Afrosondagem sobre a qualidade da democracia revela que os cabo-verdianos são democratas convictos, com 8 em cada 10 a defenderem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Se em 2002, a proporção dos que partilham dessa opinião situavam-se nos 66%, em 2011, segundo este mesmo estudo, alcançou os 81%, repetindo-se os resultados de 2008.

A reforma do Parlamento pode reforçar e promover a consolidação da democracia com maior transparência parlamentar, promoção da ética e decoro parlamentar, para além do reforço das incompatibilidades e impedimentos, entre outras medidas de reforma já enunciadas.

#### **7. Na sua opinião o parlamento tem cumprido com as suas funções da melhor forma possível?**

O Parlamento cabo-verdiano cumpre, no essencial, todas as funções de qualquer um outro a nível mundial, consubstanciando-se, assim, um perfil funcional típico de um parlamento moderno ao qual cabe desempenhar funções legislativa, de fiscalização e controlo, de representação, autorizante, electiva, bem como as funções de vinculação internacional do Estado e da chamada “diplomacia parlamentar”, entre outras.

O que é necessário para dar o salto são as medidas de reforma referidas.

#### **8. Na sua opinião o parlamento tem respondido positivamente as expectativas dos cidadãos?**

Julgo que sim. Cumpre as suas funções essenciais. O exemplo maior de aproximação ao cidadão são as respostas às petições e a aprovação recente dos instrumentos de exercício directo da cidadania, no quadro da democracia participativa. Refiro-me à Lei do Referendo, da Iniciativa Legislativa Directa, entre outros. Foi aberto agora o Espaço do

Cidadão, o Portal da Assembleia está disponível ao público com várias opções de acesso, etc.

Há que fazer mais, mas dependerá de uma boa reforma.

**9.Tendo em conta que há opiniões a favor e contra a redução do número de deputados no parlamento Caboverdiano, qual o seu posicionamento sobre esta matéria?**

Nesta matéria há que ter muita cautela. O número máximo de 72 deputados que compõem, actualmente, o Parlamento cabo-verdiano corresponde a um rácio número de deputados/número de eleitores de 1/4.483, mais baixo que qualquer país europeu (o mais baixo é o de Luxemburgo, 1/6.900; o médio é o de Portugal, que é de 1/37.877). Entretanto, esta relação comparativa não pode ser vista linearmente, sem se ter em conta a realidade insular de Cabo Verde e o que poderá representar a diminuição do número de deputados na distorção do princípio da proporcionalidade, particularmente quando o círculo eleitoral é pequeno e corresponde a ilhas representadas por dois deputados. Poderia passar-se a uma realidade de representação por ilha, de um só deputado, desproporcional portanto, e, tendencialmente, monopolar ou monopartidária. É tudo menos o que se quer para o país quando, na Constituição, se consagrou o princípio da representação proporcional!

**10.Como classifica a representação parlamentar das ilhas dentro do parlamento Cabo-verdiano?**

Nos termos do sistema de representação proporcional que a Constituição garante, julgo que a representação parlamentar é adequada. A norma-travão que foi introduzida na Assembleia Constituinte de 1975 conseguiu garantir às ilhas de menor dimensão eleitoral o mínimo de dois deputados, o que é bom. Qualquer alteração descuidada pode fazer com que algumas ilhas não tenham deputados na Assembleia Nacional ou, então terá representante de um partido só, o que seria uma desgraça.

**11.Quais as suas perspectivas para o futuro do parlamento cabo-verdiano?**

As minhas expectativas já foram boas, mas neste momento, elas são de muita relutância por causa da suspensão/queda da III fase da reforma. Esta terceira fase garantia ao parlamento um salto qualitativo para a modernidade. Desde logo seria um salto para um

Parlamento digital (E-Parliament), mas também para o reforço da democracia cabo-verdiana, aproximação ao cidadão, reforçando incompatibilidades, a transparência, a ética e o decoro parlamentar que este país tanto precisa.

Cabo Verde e o Parlamento Nacional podem ter perdido algo profundamente elogiado, reconhecido e solicitado pela própria UIP, Africa do Sul, PAP, Angola, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste, entre outros países carentes de uma reforma com esta qualidade e abrangência.

## **ANÁLISE DA ENTREVISTA**

Cabo Verde é um país com um sistema semipresidencialista em que o Parlamento é o centro do sistema político perante o qual o governo deve responder.

O Parlamento Cabo-verdiano conheceu o seu processo evolutivo através das diversas fases de reforma parlamentar. A primeira etapa da sua reforma ocorre em 1993, com o objectivo de melhorar o seu funcionamento, com deputados profissionalizados e um procedimento próprio de aproximação do Parlamento ao cidadão.

Durante quase toda a V Legislatura (1996-2001), o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o indispensável para garantir o funcionamento necessário das 4 principais Comissões Especializadas, então existentes. Ficou convencionado que, na legislatura seguinte, seriam criadas as condições para que todos os deputados (72) passassem a exercer o mandato em regime de tempo inteiro. Foi o que aconteceu a partir de 2001. O que mostra que o Parlamento conseguiu introduzir algumas das reformas prevista, mas nem todas porque o compromisso de aproximação do Parlamento ao cidadão não foi alcançado.

A segunda fase de reforma iniciou-se em 2005 e foi impulsionada por alguns sinais externos e pela necessidade de modernização e adaptação as novas tecnologias. Os objectivos desta fase foram, em parte, alcançados e motivaram uma terceira etapa. Está etapa iniciou em 2011 com o objectivo de corrigir as insuficiências registadas nos anos anteriores.

A experiência do funcionamento mais efectivo e contínuo da Assembleia e as alterações constitucionais de 2010 tornaram mais urgente a necessidade de se encontrar

novas soluções de funcionamento do Parlamento, para dar resposta aos estrangulamentos e insuficiências constatados ao longo dos anos.

O ritmo de governação de Cabo Verde, as exigências dos actores económicos e dos parceiros internacionais coloca a necessidade de um funcionamento mais efectivo e contínuo do Parlamento, por ser o órgão legislativo fiscalizador das acções do governo e da administração pública o que mostra que o Parlamento não pode continuar a funcionar mensalmente, com prazos legislativos demorados.

Essa fase terceira fase de reforma pode alterar a estrutura actual de funcionamento do Parlamento na medida em que visa a mudança do regime mensal para quinzenal ou semanal e que terá repercussões em toda a actividade parlamentar. Sendo que o objectivo principal dessa terceira fase é a qualificação da democracia e a melhoria da sua percepção pela sociedade a melhor forma de o alcançar é através da Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo Parlamentar em que se pretende aprofundar as propostas relativas à reforma do instituto de Perguntas ao Governo, dos Debates e do Período de Antes da Ordem do Dia, que passara a chamar “Período da Agenda do Deputado”, um espaço mais dinâmico e contraditório de Debates do Circulo, da Actualidade, Temáticos etc.

Outra forma de alcançar este objectivo é a Aproximação do Parlamento ao Cidadão, em que a reforma prevê instituir, através de novas tecnologias, um conjunto de funcionalidades, de acessos, programas e projectos de profunda e profícua interacção com os cidadãos, via Portal da Assembleia. Também é propósito da reforma reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania, tais como, as petições, as iniciativas legislativas populares ou o referendo, para além do debate actual sobre as listas de candidaturas às legislativas, por parte de grupos da sociedade civil.

O Parlamento enquanto centro do sistema política, contribui para a consolidação da democracia através da credibilização do sistema e reforço das instituições. Assim sendo a reforma do Parlamento pode reforçar e promover a consolidação da democracia com maior transparência e a promoção da ética e decoro parlamentar.

As reformas são algo positivo em qualquer instituição, embora nem sempre os objectivos são todos atingidos. No caso do Parlamento Cabo-verdiano, a evolução do



processo de reforma foi extremamente positivo, salvo alguns desafios ainda por ultrapassar.

O Parlamento cumpre todas as suas funções, sendo portador de um perfil funcional típico de um Parlamento moderno. O que leva a crer que o Parlamento tem respondido as expectativas dos cidadãos, e tem colocado a disposição instrumentos de exercício directo da cidadania, no quadro da democracia participativa, tais como a Lei do Referendo, da Iniciativa Legislativa Directa, bem como o Espaço do Cidadão, o Portal da Assembleia. Embora a que fazer mais, o que implica que a reforma corra da melhor forma possível

Lívio Lopes diz ser um grande impulsionador da reforma do Parlamento, por ser um processo profundo e revolucionário tendo como propósito representar para a Assembleia Nacional um salto qualitativo para um Parlamento Digital, para o reforço da democracia cabo-verdiana, aproximação ao cidadão, reforçando incompatibilidades, a transparência, a ética e o decoro parlamentar.

A questão da redução do número de deputados é algo que pede muita cautela devido ao carácter insular de Cabo Verde, sendo que a redução do número de deputados iria representar uma distorção do princípio da proporcionalidade, especialmente quando o círculo eleitoral é pequeno e corresponde a ilhas representadas por dois deputados. O que podia implicar uma realidade de representação por ilha, de um só deputado, o que seria desproporcional. É pertinente relembrar que a Constituição consagrou o princípio da representação proporcional. Todas as ilhas de Cabo Verde têm representação parlamentar, embora qualquer alteração descuidada pode fazer com que algumas ilhas não tenham deputados na Assembleia Nacional.

A suspensão da terceira fase da reforma parlamentar pode colocar em causa muitos ganhos significativos antes conquistados. Esta terceira fase garantia ao Parlamento um salto qualitativo para a modernidade mas também para o reforço da democracia cabo-verdiana e a aproximação do Parlamento ao cidadão a muito desejado.

## CONCLUSÃO

A reforma do Parlamento é um processo constante, contínuo e objectivo, que traduz-se num processo de aperfeiçoamento e adequação as mudanças que surgem através da dinâmica da sociedade e que altera conforme for o contexto político. A reforma do Parlamento deve ir além de simples melhoramentos. O Parlamento sendo o centro do debate público na qual serve de intermediário entre o Estado e o Povo, a reforma do Parlamento não é nada mais do que a adequação do sistema ao momento.

Em relação a hipótese a testar na pesquisa “O Parlamento Caboverdiano responde as expectativas do seu Povo” conclui-se que a hipótese é válida. Porque ao longo desse trabalho constata-se que o Parlamento ao longo do seu processo evolutivo veio desenvolvendo muitos esforços no sentido de melhorar a sua estrutura e ter capacidade de respostas mais estruturantes, eficientes e inovadoras. Mas o processo reformista em curso é no sentido de essas respostas clamadas pela sociedade civil serem mais eficazes e mais abrangentes porque nem sempre essas respostas chegam a toda a sociedade civil como é de se esperar. De acordo com a pergunta 8 da entrevista o Parlamento cabo-verdiano tem cumprido as suas funções, e concede aos cidadãos mecanismos para exercerem o seu direito de cidadania através das petições, da lei do referendo, da iniciativa legislativa directa e com acesso ao portal da Assembleia e ao espaço do cidadão recentemente aberto, o que mostra que os cidadãos têm todos os mecanismos para terem uma voz e uma participação activa.

Os cabo-verdianos gozam de uma representação política adequada no Parlamento na medida em que todas as ilhas encontram-se representadas, até mesmo as ilhas com menor dimensão eleitoral, o que demonstra que todos os cabo-verdianos têm uma justa representação no Parlamento. A Constituição consagrou o princípio da representação proporcional e todas as ilhas de Cabo Verde têm representação parlamentar, embora qualquer alteração descuidada pode fazer com que algumas ilhas não tenham deputados na Assembleia Nacional.

Conclui-se que o Parlamento Cabo-Verdiano evoluiu positivamente, sendo que cada fase de reforma retrata os ganhos alcançados pelo Parlamento ao longo do seu processo evolutivo.

A primeira fase da reforma parlamentar ocorreu em 1993, em que a prioridade era organizar a Assembleia de forma mais efectiva e estabelecer uma orgânica que permitisse aos deputados o exercício das suas actividades de forma mais regular. Nessa altura a Assembleia Nacional passava por serias insuficiências.

A segunda fase ocorrida em 2005 resultou da necessidade do uso de novas tecnologias e de modernização do modo como a Assembleia Nacional funcionava. Isto é houve a necessidade de se sair do uso exclusivo do papel e passar para um plano informático a base das novas tecnologias. Nesta fase foi criado o portal da Assembleia Nacional e foram adoptadas um conjunto de medidas que permitiram maior abertura e aproximação entre o Parlamento e o eleitorado cabo-verdiano.

A terceira fase que é o processo reformista que se iniciou em 2011 com o objectivo principal é a melhoria da qualificação da democracia e a sua percepção pela sociedade, aposta se num Parlamento moderno com deputados profissionalizados, com um funcionamento mais efectivo e permanente, com condições institucionais para ajudar no reforço da democracia em Cabo Verde e consequentemente a melhoria da relação entre os cidadãos e o Parlamento.

Esta terceira Fase do Processo de Reforma do Parlamento Cabo-verdiano, leva-nos para considerações mais profundas sobre aspectos pertinentes e encaminha-nos para a necessidade de aprofundarmos temas tais como o reforço e qualificação da democracia; incremento da produtividade e qualidade legislativa; a Transparência, a Ética, o Decoro Parlamentar; aproximação do Parlamento ao cidadão e a desconcentração parlamentar, aos quais denomina-se por desafios políticos da reforma.

Neste processo evolutivo a Assembleia Nacional melhorou a sua estrutura e o seu funcionamento. As melhorias introduzidas foram no sentido de adaptar o funcionamento da Assembleia Nacional as dinâmicas da sociedade ou seja, a sociedade foi se modificando e a Assembleia acompanhou as exigências que lhe eram impostas. Por exemplo entre 1996 e 2001 o Parlamento funcionou com 28 deputados a tempo inteiro, mas como forma de melhor funcionamento da Assembleia Nacional este número de deputados passou a ser de 72 deputados.

No entanto na terceira fase da reforma do Parlamento, pretende se mais do que melhoramentos no funcionamento da Assembleia Nacional enquanto órgãos de

excelência de representação de todos os cidadãos cabo-verdianos, propondo uma participação mais cívica e política e o reforço da democracia, que é o necessário para alcançar os desafios políticos traçados.

As reformas são algo positivo em qualquer instituição, embora nem sempre os objectivos são todos atingidos. No caso do Parlamento Cabo-verdiano, a evolução do processo de reforma foi extremamente positivo, salvo alguns desafios ainda por ultrapassar

O Parlamento cabo-verdiano enquanto Parlamento moderno, no desempenho das suas funções é um exemplo claro de eficácia e empenho. O Parlamento cumpre todas as suas funções, sendo portador de um perfil funcional típico de um Parlamento moderno, o que leva a crer que o Parlamento tem respondido as expectativas dos cidadãos.

## RECOMENDAÇÕES

- Avançar com a terceira fase de reforma parlamentar que foi suspensa devido ao veto do Presidente da Republica. Este veto foi único e exclusivamente ao Estatuto dos Titulares de Cargos Politico o que significa que a reforma deve avançar. O Estatuto dos Titulares de Cargos Politico previa o aumento da remuneração dos titulares de Cargos políticos para 65%, este foi o motivo de tanta polémicas e das sucessivas manifestações no país contra o referido Estatuto. Mas esse valor pode ser alterado de forma a agradar tantos esses titulares como a sociedade civil, o quer dizer que este diploma pode ser alterado e reapreciado de forma a destravar esta terceira fase de reforma que foi posta em causa.
- No sentido de termos maior qualidade no plenário deve se apostar em deputados a trabalhar em regime de exclusividade porque actualmente temos deputados que exercem o mandato em tempo parcial porque ocupam outros cargos em empresas públicas e privadas. Essa medida traria uma melhor qualidade nos trabalhos parlamentares e permitia que os deputados dedicassem aos interesses do povo.
- Sendo que a Assembleia Nacional fica situado na cidade da praia, é difícil o acesso a sede parlamentar e as reuniões plenárias, isto porque a dispersão geográfica tem um considerável impacto na vida parlamentar. Visto que os trabalhos da casa parlamentar podem decorrer em qualquer ponto do país recomenda se uma descentralização da actividade parlamentar para outras ilhas, isto é levar alguns assuntos ou debates parlamentares para serem discutidos noutras ilhas.

## BIBLIOGRAFIA

- Bobbio, N. (2000). *O Futuro da Democracia*. São Paulo, Paz e Terra.
- Barros, J. (2008). *A Integração dos Emigrantes no Sistema Politico Caboverdiano*. Mindelo, Gráfica do Mindelo
- Canotilho, J. (1993). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra, Almedina
- Constituição da Republica de Cabo Verde, 2ª Revisão ordinária, in Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento, I Série Nº 17 de 03 de Maio de 2010 (Rectificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série)
- Custódio, G. e Magalhães, J. (2005). *Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital: Contribuição Para Uma Estratégia de Aproximação Entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos*.
- Évora, R. (2004). *Cabo Verde a Abertura Política e a Transição para a Democracia em Cabo Verde*. Praia, Spleen editora.
- Fernandes, A. (2008). *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Portugal, Porto Editora
- Fortin, M. (1999). *O Processo de investigação: Da Concepção á realidade*. Lusociência
- Fortim, M., Cotê, J. e Fillion, F. (2006) *Fundamentos e etapas do Processo de investigação*. Lusodidacta
- FÓRUM PARLAMENTAR: A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia, Praia, 2014
- Gouveia, B. (2007). *Manual de Direito Constitucional, Volume I e II*, Coimbra, Almedina
- Lima, A. (2004). *Constituição, Democracia e Direitos Humanos: Discursos de representação e outros textos*. Praia, Alfa-Comunicações, Lda..
- Lopes, L. (2014). *Parlamento Caboverdiano: Os Fundamentos de uma Reforma*. Praia, Alfa-Comunicações
- Miranda, J. (1996). *Ciência Política – Formas de Governo*. Lisboa.
- Ramos, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso [1991-2011]*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545> [consultado em 28/06/2015~

Silva, M. (2005). *Código Eleitoral Anotado*. Praia, Gráfica da Praia, Lda.

Silveira, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa, Edições Colibri.

### **Outros documentos**

Regimento da Assembleia Nacional

Lei Orgânica da Assembleia Nacional

Estatutos dos Deputados

## **ANEXO**

### **Entrevista efectuada ao Presidente da Comissão de Reforma Parlamentar Lívio Lopes (9 de Setembro de 2015).**

#### **Perguntas:**

1. Qual o papel que o Parlamento tem tido desde a primeira República?
2. Como avalia a evolução ou as fases de evolução do Parlamento Caboverdiano tendo em conta que estamos numa terceira fase da reforma parlamentar, quais os momentos marcantes dessa trajectória e de que forma contribuíram para essa evolução?
3. Visto que é um grande impulsionador da reforma parlamentar, quais as razões que o levam a defender tal reforma?
4. Como é que as medidas dessa reforma podem alterar a estrutura actual de funcionamento do parlamento Cabo-verdiano?
5. Tendo em conta que o objectivo principal da terceira fase da reforma é a qualificação da democracia e a melhoria da sua percepção pela sociedade, qual seria a melhor forma de alcançar este objectivo?
6. Em que medida a reforma parlamentar pode contribuir para a consolidação da democracia em Cabo Verde?
7. Na sua opinião o parlamento tem cumprido com as suas funções da melhor forma possível
8. Na sua opinião o parlamento tem respondido positivamente as expectativas dos cidadãos?
9. Tendo em conta que há opiniões a favor e contra a redução do número de deputados no parlamento Caboverdiano, qual o seu posicionamento sobre esta matéria?
10. Como classifica a representação parlamentar das ilhas dentro do parlamento Cabo-verdiano?
11. Quais as suas perspectivas para o futuro do parlamento cabo-verdiano?



